

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE HANGARES E OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

Condições Contratuais

Versão 1.2

Processo MAPFRE nº 6238.900940/2018-43

MAPFRE Seguros Gerais S.A. – CNPJ 61.074.175/0001-38
www.mapfre.com.br

WhatsApp – (11) 4004-0101

Central de Atendimento aos Clientes: **0800 775 4545**

Abertura de Sinistro: Todos os dias 24h | **Demais Serviços:** Todos os dias das 08h às 20h
SAC 24 horas – **0800 775 1000**

Atendimento em Libras 24 horas - **<https://mapfre.emlibras.com/>**

Central de Atendimento aos Deficientes Auditivos ou de Fala 24 horas: **0800 775 5045**

Ouvidoria: **0800 775 1079** | Ouvidoria para Deficientes Auditivos ou de Fala: **0800 775 7911** –
de 2ª a 6ª feira, das 8h às 18h (exceto feriados)

A Ouvidoria poderá ser acionada para atuar na defesa dos direitos dos consumidores,
esclarecer e/ou solucionar demandas já tratadas pelos canais de atendimento habituais.

Reclamações para consumidores dos mercados supervisionados: **www.consumidor.gov.br**

SUMÁRIO

SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL DE HANGARES E OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS	4
GLOSSÁRIO	4
CLÁUSULA 1 – OBJETIVO DO SEGURO	8
CLÁUSULA 2 – FORMA DE CONTRATAÇÃO	9
CLÁUSULA 3 – RISCOS COBERTOS	9
CLÁUSULA 4 – EXCLUSÕES GERAIS	9
CLÁUSULA 5 – EXCLUSÕES DE RISCOS NUCLEARES (AVN38B)	11
CLÁUSULA 6 – EXCLUSÃO DE BARULHO, POLUIÇÃO E OUTROS RISCOS CORRELATOS (AVN46B)	12
CLÁUSULA 7 – EXCLUSÃO DE GUERRA, SEQUESTRO E OUTROS RISCOS CORRELATOS (AVN48B)	13
CLÁUSULA 8 – EXCLUSÃO DE RECONHECIMENTO DE DATAS (AVN2000A)	13
CLÁUSULA 9 – EXCLUSÃO DE ASBESTOS – 2488AGM00003	14
CLÁUSULA 10 – EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR EVENTO DE DADOS ELETRÔNICOS (LIIBA AVIATION 12.09.2019)	14
CLÁUSULA 11 – ACEITAÇÃO, CONTRATAÇÃO, VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO	14
CLÁUSULA 12 – ÂMBITO GEOGRÁFICO	16
CLÁUSULA 13 – OBRIGAÇÕES DO SEGURADO	16
CLÁUSULA 14 – PAGAMENTO DO PRÊMIO	17
CLÁUSULA 15 – LIMITES DE RESPONSABILIDADE	18
CLÁUSULA 16 – REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS	19
16.1. REGULAÇÃO DE SINISTROS:	19
16.2. LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS:	20
16.3. CONVERSÃO CAMBIAL PARA SINISTROS PARCIAIS:	21
16.4. CONVERSÃO CAMBIAL EM CASO DE INDENIZAÇÃO INTEGRAL:	21
16.5. DANOS A AERONAVES – PERDA PARCIAL	21
CLÁUSULA 17 – DEFESA EM JUÍZO CIVIL (CUSTO DE DEFESA)	21
CLÁUSULA 18 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS EM CASO DE SINISTROS	22
CLÁUSULA 19 – REINTEGRAÇÃO	24
CLÁUSULA 20 – CONCORRÊNCIA DE APÓLICES	24
CLÁUSULA 21 – RESCISÃO E CANCELAMENTO	25
CLÁUSULA 22 – PERDA DE DIREITOS	26
CLÁUSULA 23 – SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS	27
CLÁUSULA 24 – PRESCRIÇÃO	28
CLÁUSULA 25 – FORO	28
CLÁUSULA 26 – ATUALIZAÇÃO DE VALORES	28
CLÁUSULA 27 – ARBITRAGEM	28
CLÁUSULA 28 – DISPOSIÇÕES FINAIS	29
CONDIÇÕES ESPECIAIS	30
COBERTURA BÁSICA Nº 01 – RESPONSABILIDADE CIVIL DE HANGARES, INSTALAÇÕES AERONÁUTICAS E DANOS A AERONAVES DE TERCEIROS (SEÇÕES 1 E 2)	30
SEÇÃO 1 – COBERTURA DE RESPONSABILIDADE CIVIL – HANGARES E INSTALAÇÕES AERONÁUTICAS	30

SEÇÃO 2 – COBERTURA DE RESPONSABILIDADE CIVIL – DANOS A AERONAVES DE TERCEIROS	31
COBERTURA BÁSICA Nº 02 – RESPONSABILIDADE CIVIL DE PRODUTOS - AERONÁUTICOS (SEÇÃO 3)	31
COBERTURA BÁSICA Nº 03 – RESPONSABILIDADE CIVIL PARA ADMINISTRADORES DE AEROPORTOS (AVN 104)	32
COBERTURAS ADICIONAIS	34
COBERTURA ADICIONAL Nº 01 – COBERTURA DE VOO DE TESTE E/OU PÓS MANUTENÇÃO	34
CONDIÇÕES PARTICULARES	35
CLÁUSULAS ESPECÍFICAS APLICÁVEIS AO SEGURO AERONÁUTICO AO SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL DE HANGARES E SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS	35
CLÁUSULA ESPECÍFICA Nº 01 - RESPONSABILIDADE POR OFENSAS PESSOAIS – AVN60A.....	35
CLÁUSULA DE EMBARGOS E SANÇÕES	36

SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL DE HANGARES E OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

GLOSSÁRIO

O objetivo das definições é facilitar a leitura e tornar mais simples a interpretação das condições do seguro contratado.

ACEITAÇÃO

É a aprovação da Proposta de Seguro apresentada pelo Tomador, Segurado, Proponente, Estipulante, ou por intermédio de seu representante legal, e/ou pelo Corretor de Seguros, para a contratação do seguro.

ACIDENTE

Acontecimento imprevisto e involuntário, com data caracterizada, que ocorre de forma súbita e inesperada, causando dano à coisa ou à pessoa.

AERÓDROMO

Área delimitada em terra ou na água destinada para uso, no todo ou em parte, para pouso, decolagem e movimentação em superfície de aeronaves, inclui quaisquer edificações, instalações e equipamentos de apoio e de controle das operações aéreas, se existirem.

AERONAVE

Aparelho manobrável em voo, tripulado ou não tripulado, que navega no ar e pode circular no espaço aéreo, mediante reações aerodinâmicas, apto a transportar pessoas ou coisas, incluindo o seu sistema de propulsão, peças e equipamentos instalados, além de ferramentas e equipamentos que foram projetados para o uso e que são normalmente transportados pela aeronave. É considerado bem móvel registrável para efeito de nacionalidade, matrícula, aeronavegabilidade, transferência por ato entre vivos, constituição de hipoteca, publicidade e cadastramento geral.

AEROPORTO

Aeródromo público dotado de edificações, instalações e equipamentos para apoio às operações de aeronaves e de processamento de pessoas e/ou cargas.

AGRAVAMENTO DO RISCO

Circunstâncias que aumentam a probabilidade de realização do risco descrito no Questionário de Avaliação de Risco ou da severidade dos efeitos de tal realização, e que devem ser informadas à Seguradora sob pena de perda do direito à garantia.

APÓLICE

Documento emitido pela Seguradora que formaliza a aceitação do risco e das coberturas solicitadas pelo Proponente, bem como estabelece os direitos e as obrigações das partes.

ASBESTOS

O **asbesto**, também conhecido como **amianto**, é uma designação comercial genérica para a variedade fibrosa de sais minerais metamórficos de ocorrência natural e utilizados em vários produtos comerciais.

ASSISTÊNCIA E SALVAMENTO

Despesas efetuadas legalmente, devidamente comprovadas pelo Segurado, necessárias e razoáveis para neutralizar a ocorrência do evento coberto ou para mitigar o valor dos prejuízos.

AUTORIDADE AERONÁUTICA

Autoridade nacional do País em que se acha registrada a aeronave, com responsabilidade pela aeronavegabilidade de aeronaves.

AVISO DE SINISTRO

Comunicação que deve ser feita à Seguradora imediatamente após a ocorrência do evento passível de cobertura sob a Apólice, sob pena de perda do direito à indenização ou ao capital segurado.

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica em favor da qual é devida a indenização em caso de sinistro. O Beneficiário pode ser determinado, quando indicado na Apólice, ou indeterminado, quando desconhecido na formação do contrato.

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Conjunto de disposições que regem a contratação de um mesmo plano de seguro, composta pelas Condições Gerais, Especiais e Particulares, quando houver.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Conjunto de disposições específicas relativas a cada modalidade de Cobertura de um mesmo seguro que eventualmente

alteram as Condições Gerais.

CONDIÇÕES GERAIS

Conjunto das disposições comuns aplicáveis a todas as Coberturas de um mesmo plano de seguro, que estabelecem as obrigações e direitos das partes.

CONDIÇÕES PARTICULARES

Conjunto de cláusulas que alteram as Condições Gerais e/ou Especiais de um plano de seguro, modificando ou cancelando disposições já existentes, ou, ainda, introduzindo novas disposições e eventualmente ampliando ou restringindo a cobertura.

CORRETOR DE SEGUROS

É a pessoa física ou jurídica devidamente habilitada e legalmente autorizada a intermediar e promover a realização de contratos de seguro entre os Segurados e as Seguradoras. A escolha do corretor de seguros é de responsabilidade do Segurado. **O corretor de seguros responde civilmente perante as partes pelos prejuízos que causar no exercício da profissão.**

CULPA GRAVE

Termo utilizado para expressar a forma de culpa que mais se aproxima do dolo, motivada por falta extrema do agente, que não prevê fato previsível aos homens comuns e, embora sem a intenção, assume o resultado de produzi-lo.

DANO CORPORAL

Lesão exclusivamente física causada ao corpo humano, não abrangendo, em qualquer hipótese, os danos psicológicos, morais e estéticos e indenização **específica** para a perda de órgão, membro ou função, salvo se contratada a cobertura de acidentes pessoais.

DANOS ESTÉTICOS

Espécie de dano que se caracteriza por alteração duradoura ou permanente da aparência externa da pessoa, causando-lhe redução ou eliminação de padrão de beleza.

DANO MATERIAL

Alteração de um bem tangível ou corpóreo que reduza ou anule seu valor econômico.

DANO MORAL

Lesão ao patrimônio psíquico, à dignidade da pessoa, ou aos direitos da personalidade, causando sofrimento psíquico, constrangimento, ou qualquer tipo de desconforto. Para as pessoas jurídicas, são as perdas financeiras indiretas, não contabilizáveis, decorrentes de ofensa ao seu nome ou à sua imagem.

DANOS INDIRETOS

Não decorrem de forma imediata do evento coberto, mas sim como consequência mediata ou secundária.

DANOS REFLEXOS (OU POR RICOCHETE)

São aqueles sofridos por terceiros em razão do impacto sobre a vítima direta do evento, tais como prejuízos morais ou materiais a familiares ou pessoas ligadas à vítima, sem relação direta com o bem ou interesse segurado.

DEPRECIAÇÃO

Termo que designa a perda progressiva de valor dos bens, móveis ou imóveis, pelo seu uso, obsolescência, idade e estado de conservação. Redução do valor do bem segurado, visando à apuração do seu valor atual, segundo determinados critérios matemáticos.

DOCUMENTOS CONTRATUAIS

A Proposta, a Apólice e os Endossos.

ENDOSSO

Documento emitido pela Seguradora durante a vigência da Apólice, por meio do qual são formalizadas alterações do seguro contratado, de comum acordo entre as partes envolvidas.

FORÇA MAIOR

Acontecimento inevitável e irresistível, ou seja, evento que poderia ser previsto, porém não controlado ou evitado.

FRANQUIA

Representa a participação do Segurado em todo e qualquer prejuízo indenizável, podendo ser expressa em percentual, em dias ou em valor, de modo que apenas serão indenizados pela Seguradora os prejuízos que ultrapassarem a Franquia estabelecida contratualmente.

FURTO QUALIFICADO

Modalidade de furto que se pratica, para a subtração da coisa, com destruição ou rompimento de obstáculo, com abuso de confiança ou mediante fraude, escalada (acesso ao local do furto por meio anormal ou por esforço incomum) ou destreza (habilidade do agente ou ação dissimulada que lhe permite apoderar-se do bem sem que a vítima perceba); com emprego de chave falsa (qualquer instrumento que imita a chave verdadeira), ou ainda, com o concurso de duas ou mais pessoas. Todas as modalidades devem ser apuradas e comprovadas por meio de perícia, em Inquérito Policial.

FURTO SIMPLES

Crime caracterizado pela subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel, sem ameaça ou violência física.

GREVE

Paralisação do trabalho decorrente de uma deliberação coletiva de trabalhadores, a fim de propugnarem por uma melhoria ou para pleitearem uma pretensão não atendida pelo empregador, que provoque a suspensão total ou parcial da atividade do estabelecimento onde o Segurado presta seus serviços profissionais.

INCÊNDIO

Ação e efeito do fogo descontrolado e inesperado com capacidade de propagação, em virtude do qual se destrói o bem segurado.

LADO AR (airside, em inglês)

Refere-se à área de um aeroporto que está além dos pontos de controle de segurança e que é acessível apenas a pessoas autorizadas. É a parte operacional do aeroporto, onde ocorrem as operações aéreas propriamente ditas.

LIMITE AGREGADO

Valor total máximo indenizável por cobertura no contrato de seguro, considerada a soma de todas as indenizações e demais gastos ou despesas relacionadas aos eventos cobertos ocorridos, sendo previamente fixado e estipulado como o produto do Limite Máximo de Indenização (LMI) por um fator superior ou igual a um. Os limites agregados estabelecidos para coberturas distintas são independentes, não se somando nem se comunicando.

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG)

Limite máximo de responsabilidade da Seguradora, fixado na apólice, por evento ou série de eventos cobertos, aplicado ao conjunto de coberturas do contrato de seguro.

LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (LMI)

Valor máximo de indenização especificado na Apólice e contratado para cada cobertura ou garantia, representando o máximo que a Seguradora suportará para cada cobertura, não se somando nem se comunicando com os Limites Máximos de Indenização de coberturas distintas.

LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Procedimento que tem por objetivo quantificar em dinheiro os valores devidos ao Segurado mediante a manifestação de cobertura do Sinistro pela Seguradora.

LUCROS CESSANTES

São as perdas financeiras razoáveis e comprovadas decorrentes da paralisação de atividades e do movimento de negócios do Segurado ou do terceiro prejudicado.

PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO (P.O.S.)

É o valor ou percentual definido na Apólice referente à responsabilidade do Segurado em todo e qualquer prejuízo indenizável, aplicada em caso de perda parcial independentemente da existência ou não de franquia. **Em caso de perda total não será deduzida a participação obrigatória, salvo estipulação em contrário na Apólice.** A indenização devida pela Seguradora será a diferença positiva entre o montante dos prejuízos e a participação obrigatória do Segurado estipulada no contrato de seguro, respeitado o Limite Máximo de Indenização de cada cobertura contratada.

PERÍODO DE REVISÃO

Quantidade de uso, tempo de operação e/ou calendário que, de acordo com a autoridade aeronáutica e/ou o fabricante da aeronave, determina quando a revisão ou substituição de uma unidade é necessária.

PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM (P. M. D.)

Estabelecido pelo fabricante e registrado pelas autoridades aeronáuticas no registro da aeronave, constituindo-se a pesagem máxima admitida para fins de segurança de voo da aeronave.

PRÊMIO

Importância fixada na Apólice e paga à Seguradora como contraprestação pela garantia de interesse legítimo do Segurado ou do Beneficiário.

PRÊMIO ÚNICO

Valor a ser pago para a garantia do risco, calculado para a vigência integral da Apólice, podendo ser pago à vista ou parcelado.

PROPONENTE

É a pessoa física ou jurídica interessada na contratação do Seguro e que apresenta a Proposta.

PROPOSTA

Documento que deve ser preenchido pelo Proponente, seu representante legal ou corretor de seguros habilitado, que formaliza o interesse do Proponente em contratar, alterar ou renovar o seguro, contendo os elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco. A Proposta é a base do contrato de seguro e faz parte integrante deste.

PRÓ-RATA

É o cálculo do prêmio do seguro proporcional ao tempo de vigência do contrato.

QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE RISCO

Formulário preenchido para a contratação do seguro, fornecendo as informações necessárias à aceitação da Proposta e à fixação da taxa para cálculo do valor do Prêmio. A prestação de informações inverídicas ou incompletas no Questionário de Análise do Risco, ou, ainda, a omissão de informações que possam influir na aceitação da Proposta ou na taxa do Prêmio, poderá acarretar a perda da garantia, sem prejuízo do pagamento do Prêmio e da obrigação de ressarcir as despesas efetuadas pela Seguradora, ou a redução proporcional da garantia, na forma prevista nas Condições Gerais.

REGULAÇÃO DE SINISTRO

Procedimento destinado à apuração das circunstâncias, causas e efeitos do Sinistro para os fins da manifestação da Seguradora sobre a sua cobertura.

REINTEGRAÇÃO

Recomposição do valor reduzido do Limite Máximo de Indenização relativo a uma ou mais das coberturas contratadas, após ter sido efetuado o pagamento de alguma indenização ao Segurado.

RISCO

Evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do Segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

RISCO ABSOLUTO

Modalidade de seguro em que a Seguradora responde pelos prejuízos integralmente até o Limite Máximo de Indenização para cada cobertura afetada, sem aplicação de Rateio.

RISCOS EXCLUÍDOS

Evento potencialmente danoso não coberto pela Apólice, seja em razão de sua previsão expressa nas cláusulas de Riscos Excluídos, seja por não se enquadrar entre os riscos nomeadamente cobertos pela Apólice.

ROUBO

Subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistência.

SALVADOS

São os objetos resgatados de um Sinistro e que ainda possuem valor comercial, incluindo tanto os bens que tenham ficado em perfeito estado como os parcialmente danificados.

SEGURADO

Pessoa física ou jurídica que contrata o seguro, em seu benefício pessoal ou de terceiros, e/ou está exposto aos riscos previstos nas coberturas contratadas.

SEGURADORA

Empresa legalmente autorizada a comercializar seguro que, mediante o recebimento do Prêmio, garante interesse legítimo do Segurado ou do Beneficiário contra riscos predeterminados. Para o presente seguro, é a Mapfre Seguros Gerais S.A.

SINISTRO

Ocorrência de evento passível de cobertura sob as Condições Contratuais.

SUB-ROGAÇÃO

É a transferência de direitos, ações, garantias e privilégios do Segurado, ou de terceiros para a Seguradora, resultante do pagamento de indenização prevista na Apólice.

SUSPENSÃO DE PRAZO

É a paralisação temporária da contagem de um prazo contratual ou legal. Durante o período de suspensão, o prazo deixa de fluir, mas volta a ser contado do ponto em que parou assim que cessar a causa da suspensão.

TERCEIRO(S)

Qualquer pessoa física ou jurídica que não seja:

- a) o próprio Segurado;
- b) o Tomador da Apólice;
- c) o causador do Sinistro;
- d) o cônjuge, companheiro(a), pais e filhos do Segurado, de seus funcionários, dos sócios controladores, diretores ou administradores do estabelecimento Segurado;
- e) pessoa jurídica com participação acionária no estabelecimento Segurado, até o nível de pessoas físicas, que, isoladamente ou em conjunto, exerçam ou tenham possibilidade de exercer controle comum do estabelecimento Segurado e da empresa reclamante; e os sócios controladores, diretores ou administradores.

TUMULTOS

É a ação de pessoas, com características de aglomeração, que perturbe a ordem pública através de atos predatórios não intencionais para cuja repressão não haja necessidade de intervenção de forças armadas.

UNIDADE

Montagem de partes (inclusive quaisquer submontagens) da aeronave para a qual foi determinado um período de revisão. Uma turbina, completa com ventoinha ou propulsor e todas as partes normalmente afixadas à turbina, quando é removida para revisão ou substituição, constitui uma só unidade.

VALORES

Dinheiro em espécie, moeda, metais preciosos, pedras preciosas ou semipreciosas, joias, pérolas, certificados de títulos, ações, cupons e todas as outras formas de títulos, conhecimentos, recibos de depósitos de armazéns, cheques, saques, ordens de pagamento, selos e estampilhas, apólices de seguro e quaisquer instrumentos ou contratos, negociáveis ou não, representando dinheiro ou bens ou interesses nos mesmos; e ainda, quaisquer documentos nos quais esteja interessado o Segurado e a custódia dos quais o Segurado tenha assumido, ainda que gratuitamente.

VÍCIO PRÓPRIO OU INTRÍNSECO

É a condição natural de certas coisas que as tornam suscetíveis de se destruir ou avariar sem intervenção de qualquer causa externa.

VIGÊNCIA

Intervalo contínuo de tempo durante o qual está em vigor o contrato de seguro, podendo ser fixada em anos ou meses, ou outros critérios, conforme estabelecido no plano de seguro.

VISTORIA PRÉVIA

Inspeção efetuada por peritos habilitados para avaliar as condições do risco a ser segurado.

VOO

Corresponde ao tempo compreendido entre o início da corrida de decolagem até o final da corrida de aterrissagem.

CLÁUSULA 1 – OBJETIVO DO SEGURO

- 1.1. Este seguro garante ao Segurado, atendidas as disposições do contrato de Seguro, até o Limite Máximo de Indenização contratado, mediante o recebimento do prêmio, o pagamento e/ou reembolso de despesas que for obrigado a pagar, a título de reparação de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, fixado por sentença judicial, decisão em juízo arbitral, decisão administrativa do Poder Público ou por acordo previamente autorizado, por escrito pela Seguradora, em razão da sua responsabilidade decorrente da existência, da manutenção, do uso e/ou das operações e atos necessários às atividades de Hangar(es) de propriedade do Segurado, ou por ele alugado ou controlado e/ou responsabilidade do Segurado como Administrador Aeroportuário e/ou como Prestador de Serviço em Recinto Aeroportuário (Lado Ar) ou em Locais de Terceiros e/ou como Prestador de Serviços de partes e peças aeronáuticas, respeitadas as condições contratuais da Apólice, os riscos excluídos e a vigência do seguro.

- 1.2. As despesas de Salvamento e Contenção ou outras necessárias para evitar o sinistro iminente, minorar danos ou salvar a coisa, desde que comprovadas quanto à sua necessidade, razoabilidade, adequação e proporcionalidade, serão reembolsadas pela Seguradora em limite específico para Salvamento e Contenção, conforme previsto na Cláusula 15 – Limite de Responsabilidade.
- 1.3. Este Seguro é contratado à base de ocorrências, tipo de contratação em que a indenização a terceiros, pelo Segurado, obedece aos seguintes requisitos:
- os danos ou o fato gerador tenham ocorrido durante o período de vigência da Apólice; e
 - o Segurado apresente o pedido de indenização à Seguradora durante a vigência da Apólice ou nos prazos prescricionais em vigor.

CLÁUSULA 2 – FORMA DE CONTRATAÇÃO

- 2.1. Este seguro é contrato a 1º Risco Absoluto, **salvo expressa previsão em contrário em Cláusula Particular.**
- 2.2. Este seguro pode ser contratado por Pessoa Física, Pessoa Jurídica ou outros tipos de sociedades em comum.

CLÁUSULA 3 – RISCOS COBERTOS

- 3.1. Este seguro é composto das seguintes coberturas:
- A) Coberturas Básicas:**
- Nº 01 – Responsabilidade Civil Hangares, Instalações Aeronáuticas e danos a aeronaves de Terceiros (Seções 1 e 2)
 - Nº 02 – Responsabilidade Civil de Produtos Aeronáuticos (Seção 3)
 - Nº 03 – Responsabilidade Civil para Administradores de Aeroportos
- B) Coberturas Adicionais:**
- Nº 01 – Voos de Teste e/ou Pós Manutenção
 - Nº 02 – Despesas Emergenciais
- 3.2. A contratação de uma das Coberturas Básicas é obrigatória, sendo admitida a sua contratação em conjunto.
- 3.3. As Coberturas Adicionais são de contratação facultativa e não podem ser contratadas isoladamente.

CLÁUSULA 4 – EXCLUSÕES GERAIS

- 4.1. Não estão amparados por qualquer cobertura deste seguro as quantias devidas e/ou despendidas pelo Segurado para reparar, evitar e/ou minorar danos, de qualquer espécie, salvo estipulação expressa em contrário na Apólice, assim como os danos, perdas, avarias, responsabilidades e quaisquer custos ou despesas, direta ou indiretamente, resultantes:
- de detonação de minas, torpedos, bombas, granadas e outros engenhos de guerra;
 - de campos eletromagnéticos e/ou de radiação eletromagnética;
 - de arresto, sequestro, detenção, embargo, penhora, ocupação, apreensão, confisco, nacionalização, destruição ou requisição, ordenadas por quaisquer autoridades, de fato ou de direito, civis ou militares;
 - do descumprimento, por parte do Segurado, de obrigações trabalhistas, sejam contratuais ou legais, referentes à Seguridade Social, seguro obrigatório de acidentes de trabalho, pagamento de salários e similares;
 - de reclamações relacionadas com doenças profissionais, doenças do trabalho ou similares;
 - do descumprimento de obrigações assumidas, pelo Segurado, em contratos e/ou convenções;
 - da existência, do uso e/ou da conservação de embarcações, portos, cais e/ou atracadouros, de propriedade do Segurado ou por estes administrados, controlados, arrendados e/ou alugados;
 - da ação de bolores, fungos ou bactérias, dentro ou fora dos estabelecimentos especificados na Apólice, incluindo conteúdos; esta exclusão não se aplica aos fungos ou bactérias inerentes à composição de qualquer produto alimentar;
 - da guarda ou custódia, do transporte, do desaparecimento, extravio, furto ou roubo, de documentos e/ou valores;
 - da execução de trabalhos em bem(ns) material(is), documentos e/ou valores de terceiros em poder do Segurado, e/ou da sua eventual manipulação;
 - de poluição, contaminação ou vazamento;

- l) da ação paulatina (contínua, intermitente e/ou periódica), de fatores ambientais presentes nas instalações do Segurado, tais como temperatura, umidade, fumaça, infiltrações, molhadura, derramamento, transbordamento, vazamento, vibrações, gases e vapores;
- m) do funcionamento de torre de controle de aeródromo;
- n) do uso não autorizado de patentes ou marcas registradas pertencentes a terceiros;
- o) da prestação de serviços sem a devida autorização ou licença, emitida por autoridades e/ou órgãos competentes;
- p) do uso de materiais, métodos de trabalho e/ou técnicas experimentais ainda não aprovados pelos órgãos competentes, governamentais ou não;
- q) das atividades e/ou de comércio eletrônico do Segurado, relacionados à “world wide web”, da transferência eletrônica de dados, de falhas de provedores, “internet”, “extranet”, “intranet” e tecnologias similares, do uso de computadores e/ou de programas de computação, nesta última hipótese particularmente aqueles utilizados e/ou desenvolvidos pelo Segurado para proteger, de ações invasivas, o seu sistema de informatização;
- r) de assédio, abuso ou violência sexual e/ou moral;
- s) de acusações de calúnia, injúria e/ou difamação;
- t) do uso, pacífico ou bélico, de energia nuclear;
- u) de radiações ionizantes ou de quaisquer outras emanções havidas na produção, transporte, utilização e/ou neutralização de materiais físséis e seus resíduos;
- v) de atos de hostilidade, operações bélicas, guerra, guerra civil, guerra e/ou bacteriológica, atos de terrorismo, pirataria, tumulto, arruaça, greve, “lockout” (locaute), conspiração, subversão, rebelião, insurreição, manifestações políticas, convulsões sociais, guerrilha, revolução, e, em geral, toda e qualquer consequência desses eventos, inclusive vandalismos, saques e pilhagens;
- w) custo de mão-de-obra defeituosa para o qual o Segurado, seus empregados, contratados ou subcontratados possam ser responsabilizados (esta exclusão não se aplica ao dano decorrente de tal falha de mão-de-obra);
- x) prejuízos patrimoniais não resultantes diretamente da responsabilidade por danos materiais e corporais coberta pelo presente contrato;
- y) danos decorrentes da circulação de veículos e/ou equipamentos terrestres fora da área aeroportuária;
- z) atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo Segurado, beneficiário, e seus respectivos representantes legais. No caso de pessoa jurídica também são excluídos os atos ilícitos dolosos ou por culpa grave praticados pelos sócios controladores da empresa segurada, seus dirigentes, seus administradores e representantes legais;
- aa) as multas, de qualquer natureza, impostas ao Segurado, bem como as indenizações punitivas e/ou exemplares às quais seja condenado pela Justiça;
- bb) danos, de qualquer espécie, causados aos sócios controladores, dirigentes, administradores, e aos respectivos representantes legais do Segurado;
- cc) as quantias pagas para reparar danos genéticos, bem como danos causados por asbestos, talco asbestiforme, diethylstilbestrol, dioxina, ureia formaldeído, sílica, contraceptivos em geral, fumo e derivados, danos resultantes de Hepatite B, gripe aviária, gripe suína (inclusive sua vacina), ou síndrome de deficiência imunológica adquirida (“AIDS”);
- dd) qualquer tipo de ação de regresso, contra o Segurado, promovida por órgãos governamentais, salvo eventual ressarcimento por evento coberto;
- ee) danos ecológicos ou ambientais de qualquer natureza;
- ff) danos, causados a terceiros, decorrentes de ações e/ou omissões praticados, durante o exercício de suas funções, por diretores, administradores, conselheiros e/ou representantes legais do Segurado;
- gg) danos materiais causados a bens de empregados, prepostos, estagiários, bolsistas e terceiros contratados, ainda que a serviço do Segurado;
- hh) danos corporais sofridos pelos empregados, prepostos, estagiários, bolsistas e terceiros contratados, ainda que a serviço do Segurado;

- ii) inobservância das leis, regulamentos ou instruções que regem a navegação aérea;
- jj) Lucros Cessantes e danos decorrentes de Depreciação;
- kk) danos considerados danos indiretos e os danos reflexos.
- ll) Quando o seguro for contratado exclusivamente para a Cobertura de Responsabilidade Civil decorrente da prestação de serviços em recintos aeroportuários (Lado Ar), estarão excluídos os danos resultantes das atividades de hangar, tais como hangaragem e manutenção de aeronaves, salvo se houver contratação específica da cobertura para essas atividades.

4.2. EXCLUSÃO DE PANDEMIAS, EPIDEMIAS E/OU ENFERMIDADES:

- 4.2.1. Ficam excluídas quaisquer perdas, danos, responsabilidades, reclamações, custos ou despesas de qualquer natureza, que sejam direta ou indiretamente causados por, advindos de, resultantes de, decorrentes de ou relacionados a uma enfermidade transmissível, bem como temor ou ameaça (real ou suposta) de ocorrência dessa enfermidade.
- 4.2.2. Para efeito desta cláusula, considera-se Enfermidade Transmissível toda enfermidade que possa ser transmitida por meio de qualquer substância ou agente a partir de um organismo para outro. Nesta definição de Enfermidade Transmissível, deve-se considerar que:
 - a) Tal substância ou agente inclui, mas não está limitado a: um vírus, uma bactéria, um parasita, um fungo ou qualquer outro organismo ou qualquer variação destes, sejam eles considerados vivos ou não;
 - b) O método de transmissão, quer seja direto ou indireto, inclui, entre outros, mas não limitado a transmissão por ar, a transmissão por fluidos corporais, a transmissão desde ou a partir de qualquer superfície ou objeto, sólido, líquido ou gasoso ou entre organismos;
 - c) Tal enfermidade, substância ou agente podem causar ou ameaçar com o risco de causar danos à saúde ou ao bem-estar das pessoas e/ou danos, deterioração, perda de valor, comercialização ou perda de uso de bens.

CLÁUSULA 5 – EXCLUSÕES DE RISCOS NUCLEARES (AVN38B)

- 5.1. Este seguro NÃO garante a perda ou a destruição de quaisquer bens, ou danos materiais sofridos pelos mesmos, ou, ainda, quaisquer perdas ocorridas em consequência de tais eventos, NEM qualquer responsabilidade legal, de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, decorrentes de, ou para os quais tenham contribuído:
 - a) propriedades radioativas, tóxicas, explosivas e/ou outros atributos nocivos, de qualquer artefato nuclear explosivo e/ou de seus componentes;
 - b) propriedades radioativas, ou uma combinação destas com propriedades tóxicas, explosivas e/ou outros atributos nocivos, de qualquer outro tipo de material radioativo, no decorrer do transporte do mesmo como carga, incluindo armazenamento e/ou manuseio eventual;
 - c) radiações ionizantes ou contaminação por radioatividade, ou propriedades tóxicas, explosivas e/ou outros atributos nocivos, de qualquer outro tipo de fonte de radiação.
- 5.1.1. NÃO estão cobertas quaisquer perdas ou despesas, resultantes, decorrentes ou consequentes, da perda, da destruição ou dos danos sofridos pelos bens referidos no subitem 5.1 acima.
- 5.2. Fica entendido e acordado que tal material radioativo e/ou outra fonte de radiação, mencionados subitens 5.1.(b) e 5.1.(c) acima, não abrangem:
 - a) qualquer tipo de urânio empobrecido ou urânio natural;
 - b) radioisótopos que tenham atingido o estágio final de fabricação, de forma a serem utilizáveis com finalidade científica, médica, agrícola, comercial, educacional ou industrial.
- 5.3. Este seguro NÃO cobre a perda ou a destruição de quaisquer bens, ou danos materiais sofridos pelos mesmos, ou, ainda, quaisquer perdas ocorridas em consequência de tais eventos, NEM qualquer responsabilidade legal, de qualquer natureza, se:
 - 5.3.1. o Segurado possuir outra apólice cobrindo riscos análogos aos do presente seguro, na qual figure como segurado ou cossegurado, inclusive qualquer apólice de responsabilidade de energia nuclear; ou
 - 5.3.2. existir qualquer pessoa ou organização que forneça proteção financeira ao Segurado, em conformidade com a legislação do País; ou

5.3.3. o Segurado tiver direito a indenização, ou teria direito, se este seguro não tivesse sido contratado, a ser paga por qualquer Governo ou Agência, na hipótese de ocorrência dos eventos danosos acima citados.

5.4. Perda, destruição, danos, despesas ou responsabilidade legal, relativamente aos riscos nucleares não excluídos em razão do subitem 5.2, serão cobertos pelo presente seguro (respeitados os demais termos, condições, limitações, garantias e exclusões deste contrato), desde que:

5.4.1. no caso de qualquer reclamação a respeito de material radioativo, durante o seu transporte como carga, incluindo armazenamento e/ou manuseio eventual, tal transporte tenha obedecido, em todos os aspectos, as “Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Ar”, da Organização Internacional de Aviação Civil, a menos que o transporte tenha obedecido a uma legislação mais restritiva e, neste caso, que tenham sido respeitados todos os aspectos de tal legislação;

5.4.2. o evento danoso tenha ocorrido durante a vigência deste seguro, e qualquer reclamação decorrente daquele evento, seja do Segurado contra a Seguradora, ou de qualquer terceiro prejudicado contra o Segurado, tenha sido feita em até três anos após a data do sinistro;

5.4.3. no caso de qualquer reclamação por perda, perda de uso, ou destruição de uma Aeronave, ou por danos materiais sofridos pela mesma, quando tais eventos danosos tenham sido causados por contaminação radioativa, ou esta tenha contribuído para a ocorrência dos mesmos, o nível de tal contaminação deverá ter excedido o máximo estabelecido na seguinte tabela:

Emissor (Regulamentação IAEA de Saúde e Segurança)	Nível máximo admissível de contaminação superficial por radioatividade não fixa (avaliada em área de 300cm ²).
Emissores Alfa (de baixa toxicidade), Beta e Gama	Não excedente a 4 Bequerels/cm ² (10-4 microcuries/cm ²)
Todos os outros emissores Alfa	Não excedente a 0,4 Bequerels/cm ² (10-5 microcuries/cm ²)

5.5. A cobertura poderá ser cancelada a qualquer tempo pela Seguradora, mediante notificação de cancelamento com antecedência de 7 (sete) dias.

CLÁUSULA 6 – EXCLUSÃO DE BARULHO, POLUIÇÃO E OUTROS RISCOS CORRELATOS (AVN46B)

6.1. O seguro não garante reclamações que, direta ou indiretamente, tenham sido provocadas por, ou estejam ocorrendo devido a, ou em consequência de:

- ruído/barulho (que seja audível ao ouvido humano ou não), vibração, estrondo sônico e/ou quaisquer fenômenos associados;
- poluição e contaminação de qualquer espécie, à exceção de poluição e/ou contaminação de produtos vendidos ou fornecidos pelo Segurado;
- interferência elétrica e/ou eletromagnética;
- interferência com o uso da propriedade, a menos que seja causado por ou resultante de explosão ou colisão ou uma emergência registrada durante o voo, que obrigue uma operação anormal da aeronave.

6.2. Com relação a quaisquer disposições do seguro referente à obrigação da Seguradora em investigar reclamações de terceiros contra o Segurado ou conduzir a defesa das reclamações, elas não serão aplicadas em relação a:

6.2.1. riscos excluídos pelo item 6.1; ou

6.2.2. eventos cobertos se combinados com quaisquer riscos excluídos do item 6.1 (referidos abaixo como Reclamações Combinadas).

6.3. Em relação as Reclamações Combinadas, a Seguradora reembolsará o Segurado (desde que comprovada a perda e obedecidos os limites de indenização do seguro) pela parte correspondente

as reclamações cobertas pelo seguro, referente aos itens a seguir:

6.3.1. danos atribuídos ao Segurado; e

6.3.2. honorários de defesa e despesas incorridas pelo Segurado.

6.4. Nenhuma garantia concedida por esta cláusula prevalecerá sobre qualquer cláusula de exclusão de contaminação radioativa ou sobre qualquer outra cláusula de exclusão das Condições Contratuais da Apólice.

CLÁUSULA 7 – EXCLUSÃO DE GUERRA, SEQUESTRO E OUTROS RISCOS CORRELATOS (AVN48B)

- 7.1. Este seguro não cobre reclamações de terceiros contra o segurado, salvo estipulação em contrário na Apólice, decorrentes de:
- a) guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades (haja ou não guerra declarada), guerra civil, rebelião, revolução, insurreição, lei marcial, poder militar ou usurpado, ou tentativas de usurpação do poder;
 - b) qualquer detonação hostil de qualquer arma de guerra que empregue fissão e/ou fusão atômica ou nuclear, ou outra reação similar, ou ainda, outra força ou substância radioativa;
 - c) greves, tumultos, comoções civis ou distúrbios trabalhistas;
 - d) qualquer ação de uma ou mais pessoas, sendo ou não agentes de um poder soberano, com finalidade política ou terrorista, independentemente do prejuízo ou dano resultante ser acidental ou intencional;
 - e) qualquer ato criminoso ou ato de sabotagem;
 - f) confisco, nacionalização, arresto, repressão, detenção, apropriação, requisição para posse ou uso pelo Governo ou por ordem dele (seja civil, militar ou legítimo) ou por autoridade pública ou local;
 - g) sequestro, interferência ilícita, qualquer apreensão ilegal, exercício indevido de controle da aeronave, ou da tripulação em voo (incluindo qualquer tentativa de tal apreensão ou controle), realizado por qualquer pessoa a bordo da aeronave, agindo sem o consentimento do Segurado.
- 7.2. Não haverá cobertura para eventos ocorridos enquanto a aeronave estiver fora do controle do Segurado, por motivo de qualquer dos riscos indicados no subitem 7.1 acima.
- 7.3. O controle da aeronave será considerado restabelecido quando for devolvida, em segurança, ao Segurado, em um aeroporto não excluído do perímetro geográfico da Apólice e perfeitamente adequado para a sua operação (tal devolução em segurança exigirá que a aeronave esteja estacionada, com os motores desligados e que não esteja sob coação).

CLÁUSULA 8 – EXCLUSÃO DE RECONHECIMENTO DE DATAS (AVN2000A)

- 8.1. Este seguro não cobre qualquer reclamação, dano, acidente pessoal, perda, custo, despesa ou responsabilidade, de qualquer natureza (seja relacionada a contratos, prejuízos, negligência, responsabilidade civil de produtos, falsificações, fraudes ou a outras razões), decorrentes ou causados por, ou ocorridos em consequência de (direta ou indiretamente, e/ou total ou parcialmente):
- a) falha ou incapacidade de qualquer “hardware”, “software”, circuito integrado, “chip”, ou de equipamento e/ou sistema de tecnologia da informação (quer esteja sob a posse do segurado ou de terceiros), em processar, compartilhar, ou transferir, de forma precisa e completa, informações de ano, data ou hora, ou informação relacionada a qualquer alteração de ano, data ou hora, seja antes, durante ou depois desta mudança de ano, data ou hora;
 - b) qualquer alteração ou modificação, implementada ou somente tentada, de qualquer “hardware”, “software”, circuito integrado, “chip” ou de equipamento e/ou sistema de tecnologia da informação (quer esteja sob a posse do segurado ou de terceiros), em antecipação ou em resposta a tais alterações de ano, data ou hora, ou ainda, qualquer aviso dado ou serviço realizado em conexão com tal alteração ou modificação;
 - c) qualquer indisponibilidade e/ou proibição para uso de qualquer bem ou equipamento de qualquer espécie, em consequência de qualquer ação, omissão ou decisão do segurado ou de terceiros relacionada a tal mudança de ano, data ou hora.
- 8.2. Qualquer previsão neste seguro a respeito de qualquer obrigação da Seguradora em investigar ou responder a reclamações de terceiros contra o Segurado, não se aplicarão em relação às exclusões

desta cláusula.

CLÁUSULA 9 – EXCLUSÃO DE ASBESTOS – 2488AGM00003

- 9.1. Este seguro não cobre nenhuma reclamação de qualquer tipo que seja, diretamente ou indiretamente relacionado a, decorrente de ou em consequência de:
- a) a real, suposta ou ameaçada presença de asbesto em qualquer forma que seja, ou qualquer material ou produto que contenha, ou supostamente contenha, asbesto; ou
 - b) qualquer obrigação, solicitação, exigência, ordem, requerimento estatutário ou regulatório aplicável a qualquer segurado ou outros para monitorar, limpar, remover, conter, tratar, neutralizar, proteger ou em qualquer outra forma responder à real, suposta ou ameaçada presença de asbesto ou qualquer material ou produto que contenha, ou supostamente contenha, asbesto.
- 9.2. Esta exclusão não será aplicada a qualquer evento causado por ou resultante de um desastre com explosão e fogo ou colisão ou registrada emergência em voo causando operação anormal da aeronave.
- 9.3. Não obstante quaisquer outras previsões das Condições Contratuais da Apólice, a Seguradora não terá a obrigação de investigar, responder ou pagar custos de defesa a respeito de qualquer risco excluído, no todo ou em parte, sob as alíneas “a” e “b” do item 9.1 acima.

CLÁUSULA 10 – EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR EVENTO DE DADOS ELETRÔNICOS (LIIBA AVIATION 12.09.2019)

- 10.1. Esta Apólice exclui:
- 10.1.1. Qualquer forma de abalo psicológico ou distúrbios mentais, dano moral, perturbação, trauma, fobia, choque ou medo, salvo decorrente de lesão corporal, causada por:
 - a) Atraso, cancelamento ou suspensão da prestação de serviços de transporte aéreo e serviços relacionados; ou,
 - b) Acesso não autorizado e/ou uso de informações confidenciais, privadas ou pessoais de uma pessoa ou organização.
 - 10.1.2. Perdas e danos à propriedade de dados eletrônicos e/ou informações, decorrentes de um Evento de Dados.
- 10.2. No entanto, esta exclusão não se aplica à responsabilidade de outra forma amparada pelas Coberturas Básica e Adicionais desta Apólice, causadas por ou resultantes de um acidente, incêndio, explosão, colisão ou emergência ocorrida em voo, que causar operação anormal ou problemas no funcionamento da aeronave.
- 10.3. Definições aplicáveis a esta cláusula:
- 10.3.1. **“Evento de Dados”** significa:
Qualquer acesso, incapacidade de acesso, perda de uso, dano, corrupção, alteração e/ou divulgação de Dados Eletrônicos.
 - 10.3.2. **“Dados Eletrônicos”** significa:
Informações, fatos ou programas armazenados como ou inseridos, criados ou usado sem ou transmitidos para ou a partir de software de computador, incluindo software de sistemas, ferramentas digitais e aplicativos, discos rígidos ou flexíveis, CD ou DVD-ROMs e similares, fitas, unidades, células, dispositivos de processamento de dados ou quaisquer outras mídias ou meios utilizados para armazenar ou transmitir informações com equipamento controlado eletronicamente.
- 10.4. Nenhuma das disposições desta cláusula derrogará o que é estabelecido em outra cláusula de exclusão que faz parte desta Apólice.

CLÁUSULA 11 – ACEITAÇÃO, CONTRATAÇÃO, VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO

- 11.1. A contratação ou alteração do seguro se dará mediante apresentação da Proposta à Seguradora, devidamente preenchida e assinada pelo Tomador, Segurado, Proponente, Estipulante, ou por intermédio de seu representante legal, e/ou pelo Corretor de Seguros, após o conhecimento prévio da íntegra das respectivas Condições Contratuais.
- 11.1.1. As Propostas serão recebidas exclusivamente por meio do e-mail geaero@bbmapfre.com.br ou, se tratando de negócios da aviação geral, pelo sistema MAPFRE AIR (Portal Mapfre Negócios).

- 11.1.2. O simples pedido de cotação à Seguradora não equivale à Proposta.
- 11.2. Na Proposta, deverão ser prestadas pelo potencial Segurado todas as informações necessárias à aceitação do risco e à fixação da taxa para cálculo do valor do Prêmio, de acordo com o Questionário de Análise de Risco que lhe submeta a seguradora, sob pena de perda do direito a qualquer indenização, na forma prevista pela cláusula 22 - Perda de Direitos.
- 11.2.1. A Proposta deverá ser acompanhada do Questionário de Análise de Risco devidamente preenchido.
- 11.2.2. As partes e os terceiros intervenientes no contrato, ao responderem ao QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE RISCO, devem informar tudo de relevante que souberem ou que deveriam saber a respeito do interesse e do risco a serem garantidos, de acordo com as regras ordinárias de conhecimento.
- 11.2.3. Adicionalmente, na Proposta, deverão ser fornecidas à Seguradora as informações cadastrais do Segurado e, quando aplicável, dos Beneficiários.
- 11.3. A Seguradora fornecerá, obrigatoriamente, protocolo que identifique a Proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento, desde que satisfeitos todos os requisitos formais necessários.
- 11.3.1. A Seguradora poderá recusar o fornecimento de protocolo para a Proposta que não satisfaça a todos os requisitos formais estabelecidos para seu recebimento, previamente à sua análise, devolvendo-a para o atendimento das exigências pendentes.
- 11.4. A Seguradora terá o prazo de 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Proposta, para aceitá-la ou recusá-la.
- 11.4.1. Aplica-se o mesmo prazo para aceitação ou recusa de propostas de renovação não automática e alteração por endosso.
- 11.4.2. A Seguradora, dentro do prazo estabelecido na Cláusula 11.4, poderá solicitar esclarecimentos, exames periciais, e documentos complementares para análise e aceitação da Proposta. Neste caso, o prazo de 25 (vinte e cinco) dias será interrompido, reiniciando-se a partir do primeiro dia útil subsequente à data em que se der a entrega de toda documentação e/ou informação solicitada.
- 11.4.3. A recusa da Proposta será comunicada pela Seguradora ao Proponente, Tomador, Segurado, Estipulante ou ao representante legal de um ou de outro, e, adicionalmente, ao Corretor de Seguros, por escrito, acompanhada da respectiva justificativa.
- 11.4.4. A ausência de manifestação por escrito da Seguradora no prazo previsto na cláusula 11.4 caracterizará aceitação tácita da Proposta.
- 11.5. A emissão da Apólice, do Endosso ou de qualquer outro documento comprobatório do contrato será realizada em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de aceitação da Proposta.
- 11.5.1. A data de aceitação da Proposta será aquela que ocorrer primeiro entre:
- (i) A data da manifestação expressa pela Seguradora;
 - (ii) A data de emissão da Apólice; ou
 - (iii) A data de término do prazo previsto na cláusula 11.4, quando caracterizada a aceitação tácita da Proposta pela Seguradora.
- 11.6. Na hipótese de apresentação de Proposta com pagamento antecipado de Prêmio, total ou parcial, o período de vigência da Apólice será considerado iniciado a partir da data de recepção da Proposta pela Seguradora, em cobertura provisória, até que a Seguradora aceite, ou não, o risco.
- 11.6.1. Fica estabelecido que a garantia provisória oferecida a partir do recebimento da Proposta com o adiantamento do Prêmio não obriga a Seguradora a aceitar definitivamente a referida Proposta.
- 11.6.2. Em caso de recusa da Proposta, a cobertura securitária permanecerá por mais 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data em que o Proponente, seu representante legal, ou o Corretor de Seguros tiver conhecimento formal da recusa.
- 11.6.3. Formalizada a recusa, o valor do adiantamento a que se refere a cláusula 11.6 deverá ser restituído ao Proponente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, integralmente ou deduzido da parcela “pro rata temporis” correspondente ao período em que tiver prevalecido a cobertura e do valor das despesas de contratação.
- 11.7. Não há presunção de que a Seguradora tenha conhecimento de circunstâncias que não constem da Proposta, ou Questionário de Análise de Risco, nem daquelas que não lhe tenham sido comunicadas posteriormente, na forma estipulada na Cláusula 14 – OBRIGAÇÕES DO SEGURADO.
- 11.8. O prazo de Vigência da Apólice será aquele indicado nas especificações da Apólice.

11.8.1. O início e o término de vigência do seguro dar-se-ão a partir das 24 (vinte e quatro) horas das respectivas datas indicadas na Apólice.

11.9. **Não há renovação automática da Apólice em qualquer hipótese.**

11.10. As renovações da Apólice deverão ser formalizadas através do preenchimento de Proposta pelo Segurado, seu representante legal, e/ou Corretor de Seguros, com no mínimo de 25 (vinte e cinco) dias antes do término da Vigência da Apólice.

11.10.1. Caso a Proposta de renovação seja enviada à Seguradora em desacordo com o prazo estabelecido acima, a Seguradora poderá, em caso de aceitação da Proposta, fixar a data de início da Vigência do novo contrato diferentemente da data do término da Vigência da presente Apólice, hipótese em que não haverá cobertura no período compreendido entre o término da Vigência da presente Apólice e o início da Vigência do novo contrato.

11.11. Esta Apólice é firmada por prazo determinado, tendo a Seguradora a faculdade de não renovar a Apólice na data de vencimento.

CLÁUSULA 12 – ÂMBITO GEOGRÁFICO

12.1. As disposições deste contrato de seguro **aplicam-se exclusivamente a danos ocorridos no Território Nacional**, salvo disposição em contrário na Apólice.

CLÁUSULA 13 – OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

13.1. **Sob pena de perder o direito a qualquer indenização, nos termos da Cláusula 22 – PERDA DE DIREITOS, o Segurado, por si ou por seu representante legal, obriga-se a:**

13.1.1. **Prestar à Seguradora todas as informações necessárias à Aceitação do Risco e à fixação da taxa para cálculo do valor do Prêmio;**

13.1.2. **Dar ciência à Seguradora acerca da contratação, cancelamento ou rescisão de qualquer outro seguro referente aos mesmos riscos previstos nesta Apólice;**

13.1.3. **Comunicar à Seguradora, de imediato, todo e qualquer fato suscetível de agravar o Risco coberto, sob pena de perder o direito à garantia;**

13.1.4. **Dar imediato aviso à Seguradora, por escrito, de todo e qualquer Sinistro, bem como de qualquer evento que possa vir a se caracterizar como tal, indenizável ou não, nos termos desta Apólice, tão logo dele tome conhecimento, através do e-mail avisoaerocascos@mapfre.com.br ou outros canais indicados nestas Condições Contratuais ou na Apólice;**

13.1.5. **Em caso de Sinistro, tomar todas as providências necessárias, úteis e ao seu alcance para evitar e/ou minorar os danos causados, bem como para preservar os bens segurados não atingidos ou remanescentes do Sinistro, NÃO PODENDO ABANDONÁ-LOS TOTAL OU PARCIALMENTE;**

13.1.6. **Manter inalterado o local do Sinistro, bem como qualquer elemento relacionado ao Sinistro;**

13.1.6.1. **O descumprimento não intencional deste dever implica em obrigação ao Segurado de suportar as despesas acrescidas para a regulação e liquidação do Sinistro;**

13.1.6.2. **O descumprimento intencional exonera a Seguradora do dever de indenizar ou pagar qualquer Indenização sob a Apólice, nos termos da Cláusula 22 – PERDA DE DIREITOS.**

13.1.7. **Cumprir com o disposto na Cláusula 16 – REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS;**

13.1.8. **Informar à Seguradora, de imediato, qualquer comunicação, citação, carta, documento, notificação judicial, extrajudicial ou administrativa que receber e que se relacione com um possível Sinistro coberto por esta Apólice;**

13.1.9. **Dar assistência à Seguradora e cooperar com a Regulação do Sinistro, fornecendo todas as informações e documentos solicitados, bem como autorizar a realização das diligências necessárias para apuração da causa e extensão dos danos;**

13.1.10. **Adotar cotidianamente todas as medidas necessárias destinadas à manutenção, conservação e mitigação de riscos relacionados ao(s) objeto(s) segurado(s), comunicando à Seguradora, por escrito, qualquer alteração que impeça ou dificulte a adoção de tais medidas. Correrão por conta exclusiva do Segurado as despesas relativas ao cumprimento dessas medidas;**

13.1.11. **Autorizar a realização de inspeções, pela Seguradora, nos bens e/ou locais segurados, bem como fornecer os documentos e informações que se fizerem necessários;**

- 13.1.12. Comunicar por escrito à Seguradora, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, os seguintes fatos:
- I. a venda, alienação ou cessão dos bens segurados;
 - II. penhor ou qualquer outro ônus sobre os bens segurados; e
 - III. quaisquer modificações nos bens segurados estabelecidos na Apólice.
- 13.2. É vedado ao Segurado negociar, admitir ou negar reclamações de terceiros prejudicados pelo Sinistro sem prévia autorização expressa da Seguradora.
- 13.3. Além das obrigações desta cláusula, o Segurado, em caso de evento coberto, deverá cumprir as instruções determinadas nas Condições de cada cobertura.

CLÁUSULA 14 – PAGAMENTO DO PRÊMIO

- 14.1. O Prêmio poderá ser pago à vista ou parcelado, por meio de rede bancária ou outras formas admitidas em lei e disponibilizadas pela Seguradora, conforme acordado entre as partes no momento da contratação.
- 14.1.1. A Seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao Segurado ou seu representante legal, ou, ainda, por expressa solicitação de qualquer um destes, ao Corretor de Seguros, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.
- 14.1.2. A data limite para o pagamento do Prêmio à vista, ou de sua primeira parcela, será de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da Aceitação da Proposta e/ou de eventuais Endossos.
- 14.1.3. Em caso de fracionamento do Prêmio, a data de vencimento da última parcela não ultrapassará o término de Vigência da Apólice.
- 14.1.4. Quando a data limite para o pagamento do Prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte.
- 14.1.5. Na hipótese de pagamento do Prêmio por meio de débito em conta corrente, a quitação está vinculada à confirmação do débito do valor pela rede bancária, sendo do Segurado ou do responsável pelo pagamento a responsabilidade de autorização do débito junto ao banco escolhido.
- 14.1.6. No Prêmio fracionado, não haverá cobrança de qualquer valor adicional a título de custo administrativo, ressalvada, entretanto, a possibilidade de cobrança de encargos financeiros.
- 14.1.7. Caso ocorra um Sinistro enquanto estiver em curso o prazo de pagamento do Prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas, sem que ele tenha sido efetuado, o direito à Indenização não ficará prejudicado.
- 14.1.7.1. Quando o pagamento da Indenização acarretar o cancelamento da Apólice, as parcelas vincendas do Prêmio deverão ser deduzidas do valor da Indenização, excluídos os juros do fracionamento.
- 14.1.8. Nos Prêmios fracionados com incidência de juros, é facultado ao Segurado antecipar o pagamento do Prêmio, total ou parcialmente, com redução proporcional dos juros.
- 14.2. A mora relativa à prestação única ou à primeira parcela do Prêmio, até a data de seu vencimento, resolve de pleno direito o contrato de seguro.
- 14.3. Fica vedado o cancelamento do contrato de seguro cujo Prêmio tenha sido pago à vista, mediante financiamento obtido junto a instituições financeiras, nos casos em que o Segurado deixe de pagar o financiamento.
- 14.4. No caso de fracionamento do Prêmio, se configurada a falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira:
- 14.4.1. haverá cobrança de multa equivalente a 2% (dois por cento), aplicada de uma só vez, e juros de 1% (um por cento) ao mês;
- 14.4.2. o prazo de Vigência será ajustado em função do Prêmio efetivamente pago, observado o período estabelecido na Tabela de Prazo Curto abaixo.
- 14.4.3. **Para os percentuais não previstos na Tabela de Prazo Curto desta Cláusula, deverão ser aplicados os percentuais imediatamente superiores.**
- 14.4.4. a Seguradora enviará notificação ao Segurado ou seu representante legal:
- (i) comunicando o atraso no pagamento do Prêmio e o prazo de Vigência ajustado;
 - (ii) concedendo prazo de 15 (quinze) dias para purgação da mora, sob pena de suspensão da garantia contratual; e

- (iii) advertindo sobre o cancelamento da Apólice, caso o inadimplemento persista por mais de 30 (trinta) dias após a suspensão da garantia contratual.

14.4.4.1. Os prazos previstos nesta cláusula terão início na data da frustração da notificação, sempre que o Segurado recuse seu recebimento ou, por qualquer razão, não forem encontrados no último endereço informado à Seguradora.

- 14.5.** Restabelecido o pagamento do Prêmio, acrescido dos encargos contratualmente previstos, dentro do novo prazo de Vigência, ficará automaticamente restaurado o prazo de Vigência original da Apólice.
- 14.6.** Findo o prazo informado na notificação a que se refere à cláusula **14.4.3**, a Apólice será cancelada, nos termos da **CLÁUSULA 21 – RESCISÃO E CANCELAMENTO** e a Seguradora não efetuará pagamento algum relativo a sinistros ocorridos a partir do término do prazo de Vigência ajustado.

TABELA DE PRAZO CURTO

% entre a parcela de prêmio paga e o prêmio total da Apólice	% a ser aplicado sobre a vigência original	% entre a parcela de prêmio paga e o prêmio total da Apólice	% a ser aplicado sobre a vigência original
13	15/365	73	195/365
20	30/365	75	210/365
27	45/365	78	225/365
30	60/365	80	240/365
37	75/365	83	255/365
40	90/365	85	270/365
46	105/365	88	285/365
50	120/365	90	300/365
56	135/365	93	315/365
60	150/365	95	330/365
66	165/365	98	345/365
70	180/365	100	365/365

CLÁUSULA 15 – LIMITES DE RESPONSABILIDADE

- 15.1.** A responsabilidade da Seguradora prevalece até o Limite Máximo de Garantia estabelecido na Apólice. No ato da contratação do seguro, o Segurado definirá os valores dos Limites Máximos de Indenização das coberturas contratadas, os quais serão fixados na Apólice e representarão o máximo de responsabilidade da Seguradora para essas coberturas em caso de evento coberto, obedecendo-se os critérios de cálculo da indenização indicados nas Condições Contratuais.
- 15.2.** O Limite Máximo de Indenização para cada cobertura deste seguro corresponderá ao valor determinado na Apólice, o qual poderá ser alterado a qualquer tempo durante a vigência do contrato, mediante solicitação escrita do Segurado, ficando a critério da Seguradora a aceitação da alteração do prêmio, quando couber.
- 15.3.** As despesas de Salvamento e Contenção ou outras necessárias para evitar o sinistro iminente, minorar danos ou salvar a coisa, desde que comprovadas quanto à sua necessidade, razoabilidade, adequação e proporcionalidade, serão reembolsadas pela Seguradora, até o limite constante na Especificação da Apólice.
- 15.3.1.** A cobertura não se limita à efetividade do salvamento nem ao valor da franquia.
- 15.3.2.** Na ausência de limite constante na Especificação da Apólice, o reembolso será limitado a 2% (dois por cento) do Limite Máximo de Indenização aplicável ao sinistro, limitado ao valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais), o que for menor.
- 15.3.3.** **Não são consideradas despesas de salvamento aquelas relacionadas à prevenção ordinária ou manutenção.**
- 15.4.** Em qualquer caso, independentemente do valor dos prejuízos, a indenização não poderá ultrapassar o Limite Máximo de Indenização fixado na Apólice para cada cobertura contratada, sendo que os limites de

responsabilidade especificados para as diferentes coberturas da Apólice devem ser considerados, sempre, como inteiramente distintos entre si e destinados a indenizações completamente diferentes, não se somando e/ou comunicando entre si.

- 15.5. Os valores fixados na apólice referentes ao Demonstrativo de Prêmio serão expressos em moeda nacional, ainda que o seguro seja contratado em moeda estrangeira.

CLÁUSULA 16 – REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

16.1. REGULAÇÃO DE SINISTROS:

- 16.1.1. Ocorrendo um Sinistro, o Segurado, o Beneficiário, ou representante legal de um ou de outro, deverá comunicar imediatamente a Seguradora, fornecendo, nessa oportunidade, todos os documentos comprobatórios da causa, natureza e extensão da perda ou dano sofrido, incluindo, mas não se limitando à relação dos bens sinistrados, dos Salvados, estimativa dos prejuízos, data, hora e causas prováveis do Sinistro, terceiros envolvidos (se o caso), bem como toda e qualquer informação relevante para o entendimento e Regulação do Sinistro pela Seguradora, além dos documentos básicos listados na Cláusula 18 - DOCUMENTOS EM CASO DE SINISTROS destas Condições Gerais e nas Condições Especiais da(s) cobertura(s) acionada(s).
- 16.1.2. Uma vez cumprida pelo Segurado, Beneficiário, ou representante legal de um ou de outro a obrigação de fornecer todos os documentos e informações a que se refere a Cláusula 18 - DOCUMENTOS EM CASO DE SINISTROS destas Condições Gerais, a Seguradora terá o prazo máximo de 30 (trinta) a 120 (cento e vinte) dias, conforme previsto nas especificações da Apólice, para concluir a Regulação do Sinistro e se manifestar sobre a existência de cobertura securitária, contado da data em que lhe tiver sido entregue o último documento pendente.
- 16.1.3. No caso de dúvida fundada e justificável, a Seguradora ou o regulador de Sinistro poderão solicitar outros documentos e/ou informações complementares, ainda que não previstos entre os documentos básicos previstos na Cláusula 18 - DOCUMENTOS EM CASO DE SINISTROS destas Condições Gerais.
- 16.1.3.1. Neste caso, a contagem do prazo aplicável será suspensa por no máximo 2 (duas) vezes, e será reiniciada a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.
- 16.1.3.2. Nos sinistros relacionados a Apólice em que a importância segurada não exceda o correspondente a 500 (quinhentas) vezes o salário-mínimo vigente, a contagem do prazo poderá ser suspensa por apenas uma única vez.
- 16.1.3.3. A não entrega dos documentos solicitados em até 90 (noventa) dias, sem qualquer justificativa, ensejará o encerramento da Regulação do Sinistro sem pagamento de Indenização. Nessa hipótese, a Regulação do Sinistro poderá ser retomada a qualquer tempo, desde que apresentados os documentos necessários, observado o prazo prescricional previsto em lei.
- (i) A reabertura do Sinistro poderá ser solicitada à Seguradora dentro do prazo prescricional previsto em lei, desde que o pedido de reabertura seja instruído com a integralidade da documentação pendente de entrega.
- 16.1.4. A Seguradora poderá exigir atestados ou certidões de autoridades competentes, bem como o resultado de inquéritos ou processos instaurados em virtude do fato que produziu o Sinistro, sem prejuízo do pagamento da Indenização no prazo devido. Alternativamente, poderá solicitar cópia da certidão de abertura de inquérito, que porventura tiver sido instaurado.
- 16.1.5. Correrão por conta da Seguradora as despesas com a Regulação e a Liquidação do Sinistro, salvo as realizadas para a apresentação dos documentos previstos na Apólice e daqueles necessários para prova da identificação e legitimidade do interessado, além de outros documentos ordinariamente em poder do interessado.
- 16.1.6. Os atos e providências praticados pela Seguradora na execução dos procedimentos de Regulação e Liquidação do Sinistro não importam, por si só, no reconhecimento de cobertura securitária.
- 16.1.7. Encerrada a Regulação do Sinistro, caso a Seguradora conclua que não há cobertura securitária para o Sinistro, o Segurado ou Beneficiário será comunicado formalmente, com a justificativa para o não

pagamento, dentro do prazo previsto na Cláusula 16.1.2.

16.1.7.1. A Seguradora poderá apresentar fundamentos adicionais para a negativa da cobertura, caso venha a tomar conhecimento de fatos que anteriormente desconhecia ou caso a negativa seja baseada na ausência ou insuficiência de documentos.

16.1.8. Sempre que possível, a Regulação e a Liquidação do Sinistro serão realizadas simultaneamente. Apurada a ocorrência do Sinistro coberto e de quantias parciais comprovadas a pagar, a Seguradora deverá efetuar os respectivos adiantamentos, concluindo a liquidação no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento do último documento para comprovação de eventuais valores parciais incorridos.

16.2. LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS:

16.2.1. Confirmada a existência de cobertura securitária para o Sinistro, a Seguradora indenizará o montante dos prejuízos regularmente apurados, deduzida a Franquia e/ou Participação Obrigatória do Segurado estipulada na especificação da Apólice, se o caso, respeitado o Limite Máximo de Indenização contratado para cada cobertura.

16.2.1.1. Em caso de Sinistro com prejuízos amparados por mais de uma cobertura, serão deduzidas a Franquia e/ou Participação Obrigatória do Segurado correspondentes a cada cobertura individualmente, quando houver, as quais serão aplicadas sobre os prejuízos apurados para cada cobertura.

16.2.2. O Segurado deverá apresentar à Seguradora todos os documentos para a quantificação dos valores devidos previstos abaixo e nas Condições Especiais da(s) cobertura(s) acionada(s).

16.2.2.1. Caso a documentação apresentada seja insuficiente ou incompleta, ou, ainda, faça referência a outros fatos ou documentos não disponibilizados, a Seguradora enviará ao Segurado a lista de documentos faltantes e necessários à Liquidação do Sinistro.

16.2.3. Uma vez cumprida pelo Segurado a obrigação de fornecer todos os documentos e informações a que se refere o item 16.1.1 desta cláusula e na Cláusula 18 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS EM CASO DE SINISTROS destas Condições Gerais, realizada a Regulação de Sinistro, reconhecida a cobertura e fixada a Indenização devida, a Seguradora efetuará o pagamento da importância a que estiver obrigada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, conforme previsto nas especificações da Apólice, contado da data em que lhe tiver sido entregue o último documento pendente.

16.2.3.1. O não pagamento da Indenização, se devida, no prazo previsto acima ensejará a aplicação de juros legais, bem como atualização monetária e multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido, conforme disposto na CLÁUSULA 26 – ATUALIZAÇÃO DE VALORES.

16.2.4. No caso de dúvida fundada e justificável, a Seguradora ou o liquidante do Sinistro poderão solicitar outros documentos e/ou informações complementares.

16.2.4.1. Neste caso, a contagem do prazo aplicável será suspensa por no máximo duas vezes, e será reiniciada a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

16.2.4.2. Nos Sinistros relacionados a Apólices em que a importância segurada não exceda o correspondente a 500 (quinhentas) vezes o salário-mínimo vigente, a contagem do prazo poderá ser suspensa por apenas uma única vez.

16.2.5. Na hipótese de o Sinistro ter gerado prejuízos a Terceiros, qualquer acordo judicial ou extrajudicial entre estes e o Segurado somente será reconhecido pela Seguradora se tiver sua prévia e expressa anuência.

16.2.5.1. Na hipótese de recusa do Segurado em aceitar o acordo recomendado pela Seguradora e aceito pelo Terceiro prejudicado, a Seguradora não responderá por quaisquer quantias superiores àquelas pelas quais seria o Sinistro liquidado por aquele acordo.

16.2.5.2. A Seguradora poderá celebrar transação com o(s) Terceiro(s) prejudicado(s), o que não implicará o reconhecimento de responsabilidade do Segurado nem prejudicará aqueles a quem é imputada a responsabilidade.

16.2.6. Se, após o pagamento da indenização, a Seguradora tomar conhecimento de qualquer fato que descaracterize o direito do Segurado ou Beneficiário ao seu recebimento, esta poderá requerer a

devolução dos valores pagos indevidamente e dos demais gastos incorridos em decorrência do Sinistro.

- 16.2.7. Em qualquer caso, independentemente do valor dos prejuízos, a Indenização não poderá ultrapassar o Limite Máximo de Indenização por cobertura, nem o Limite Máximo de Garantia fixados na Apólice.

16.3. **CONVERSÃO CAMBIAL PARA SINISTROS PARCIAIS:**

- 16.3.1. Nos casos de sinistros com prejuízos parciais, referentes as apólices emitidas em dólares norte-americanos (USD), a conversão dos valores em moeda nacional para dólares norte-americanos será realizada com base na taxa de câmbio de venda do dólar comercial, vigente na data do desembolso das despesas efetivamente incorridas pelo Segurado, conforme documentação comprobatória apresentada. Essa conversão tem como objetivo assegurar que todos os custos de reparo sejam devidamente convertidos para a moeda da apólice.
- 16.3.2. Após a apuração total dos gastos em dólares norte-americanos (USD), será deduzida a franquia contratual, previamente estipulada na apólice em moeda estrangeira.
- 16.3.3. O valor líquido resultante, correspondente à indenização ou reembolso devido ao Segurado ou Beneficiário, será convertido para reais somente nos casos em que o pagamento em dólares não for permitido pela legislação vigente. Nessa hipótese, a conversão será feita com base na taxa de câmbio de venda do dólar comercial, vigente em até 3 (três) dias úteis anteriores à data do pagamento.
- 16.3.4. Eventuais diferenças decorrentes das variações cambiais ou das taxas de conversão utilizadas não serão de responsabilidade da Seguradora, ficando o Segurado sujeito aos mesmos riscos cambiais assumidos pela Seguradora.

16.4. **CONVERSÃO CAMBIAL EM CASO DE INDENIZAÇÃO INTEGRAL:**

- 16.4.1. Nos casos de indenização integral (perda total), o valor correspondente em dólares norte-americanos (USD) será convertido para reais com base na taxa de câmbio de venda do dólar comercial, vigente em até 3 (três) dias úteis anteriores à data efetiva do pagamento da indenização.

16.5. **DANOS A AERONAVES – PERDA PARCIAL:**

- 16.5.1. Se tratando de danos causados a aeronaves de terceiros, deverá ser deduzida, em relação a cada unidade que necessite de substituição ou reparo, a proporção especificada abaixo, a partir de quando, a critério da autoridade aeronáutica, a unidade deva ser substituída ou revisada com o objetivo de se efetuar reparos (sejam ou não executados):

$$\text{Proporção do Segurado} = \frac{\text{Quantidade de uso ou tempo do início do período de revisão até a data do acidente}}{\text{período de revisão}} \times \text{Custo de revisão da unidade}$$

Onde:

Período de revisão: A quantidade de uso ou tempo de operação e/ou do calendário que, de acordo com a autoridade aeronáutica, determina quando a revisão ou substituição de uma unidade é necessária.

Custo de revisão da Unidade: O custo total da obra e materiais que incidirá sobre a revisão ou substituição (uma ou outra, conforme a necessidade) da unidade danificada ou na substituição por unidade similar.

Entende-se por Unidade, uma montagem de partes (inclusive quaisquer submontagens) da Aeronave para a qual foi determinado um período de revisão. Quando é removida para revisão ou substituição, uma turbina completa, com ventoinha ou propulsor e todas as partes a ela normalmente afixadas, constitui uma só unidade.

- 16.5.2. Se a unidade incluir uma turbina, a fórmula acima poderá ser aplicada separadamente a qualquer submontagem que conduza a um período de revisão diferente daquele da turbina.

CLÁUSULA 17 – DEFESA EM JUÍZO CIVIL (CUSTO DE DEFESA)

- 17.1. Quando qualquer ação civil, vinculada a danos cobertos por esse seguro, for proposta contra o Segurado ou seu preposto, **o Segurado dará imediato conhecimento do fato para a Seguradora**, tão logo seja citado para responder à demanda ou intimado prestar esclarecimentos, disponibilizando cópias das notificações, citações,

intimações ou de quaisquer outros documentos recebidos bem como os elementos necessários para o conhecimento do processo nos termos da Cláusula 13 – OBRIGAÇÕES DO SEGURADO.

17.1.1. Em tais casos, o Segurado (ou seu preposto) ficará obrigado a constituir, para a defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos, procurador ou advogado, exceto nos casos em que a lei dispensar tal nomeação.

17.1.2. A Seguradora poderá intervir na ação, na qualidade de assistente.

17.1.3. **O Segurado deverá comparecer a todos os atos processuais para os quais for intimado ou convocado;**

17.1.4. **O Segurado também deverá informar à Seguradora qualquer comunicação recebida, incluindo notificação extrajudicial, cartas e e-mails que possam gerar uma reclamação futura.**

17.2. Embora as negociações e os procedimentos relativos ao pagamento da indenização, com os reclamantes, sejam conduzidos pelo Segurado, à Seguradora é concedido o direito de conduzir os entendimentos, ou intervir, em qualquer fase das negociações e procedimentos.

17.2.1. **É vedado ao Segurado transigir, pagar ou tomar outras providências que possam influir no resultado das negociações ou litígios, em especial reconhecer sua responsabilidade ou confessar a ação, salvo se tiver a anuência expressa da Seguradora, por escrito.**

17.3. **É vedado ao Segurado praticar qualquer ato em detrimento dos direitos e das pretensões da Seguradora.**

17.4. A Seguradora indenizará os Custos de Defesa do Segurado, inclusive as custas judiciais e os honorários do advogado ou procurador, nomeado(s) pelo Segurado, devidamente comprovadas, até o limite específico estabelecido na Apólice para os Custos de Defesa.

17.4.1. O limite previsto para o Custo de Defesa será estabelecido na Apólice. Na ausência da indicação de limite na Apólice destacado especificamente para o Custo de Defesa, o reembolso será limitado ao percentual de 2% (dois por cento) do Limite Máximo de Garantia da cobertura do sinistro, limitado ao valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais), o que for menor.

17.4.2. O limite estabelecido para a garantia de gastos com Custos de Defesa contra a imputação de responsabilidade, é específico e diverso do Limite Máximo de Garantia destinado à indenização dos terceiros prejudicados.

CLÁUSULA 18 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS EM CASO DE SINISTROS

18.1. O Segurado deverá apresentar à Seguradora, além da comunicação do sinistro com detalhes sobre a causa e consequências para todo e qualquer evento, na forma do disposto na **Cláusula 13 – OBRIGAÇÕES DO SEGURADO**, os seguintes documentos básicos:

- a) Aviso de Sinistro contendo relatório detalhado sobre o evento, incluindo o local (aeroporto), circunstâncias do evento reclamado e notificações de terceiros prejudicados;
- b) Registro oficial da ocorrência e, caso realizadas, as perícias locais;
- c) Boletim de Ocorrência, se aplicável;
- d) Prova de hangaragem ou Contrato de Guarda, identificando as operações realizadas e responsabilidades do hangar;
- e) Autorização de acesso à aeronave no hangar;
- f) Declaração de Testemunhas detalhando a dinâmica do evento;
- g) Declaração formal da empresa ou pessoa lesada (terceiro) detalhando a perda, causa, valor estimado e período afetado;
- h) Declaração de não existência de outros seguros para os bens segurados / sinistrados;
- i) Protocolo de comunicação imediata às autoridades (ANAC, CENIPA, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros), se aplicável.
- j) Relatório de ocorrências do CENIPA ou ANAC, se reportado;
- k) Relatório(s) meteorológico(s) do dia/horário do evento, se aplicável;
- l) Carta de Notificação da ocorrência aos terceiros;
- m) Relação detalhada de todas as reclamações recebidas, identificando os reclamantes, potenciais beneficiários (incluindo familiares de vítimas fatais) e respectivos contatos;
- n) Laudo inicial de inspeção dos danos (emitido por oficina homologada ou mecânico credenciado) - (se

- aplicável);
- o)** Orçamento dos reparos, detalhado (peças, mão de obra, pintura, traslado, etc.) – (se aplicável);
 - p)** Comprovantes de despesas emergenciais para salvamento ou mitigação de danos (remoção, proteção contra intempéries), com relatório descritivo das medidas adotadas;
 - q)** Fotos ou vídeos do sinistro ou dos danos, se houver.
 - r)** Documentação da Aeronave (quando aplicável):
 - (i) Certificado de Matrícula e Certidão de Inteiro Teor atualizada, referente à matrícula da aeronave, emitida pelo Registro Aeronáutico Brasileiro ou órgão equivalente, quando for o caso;
 - (ii) Mapa de Componentes da Aeronave danificada, Motor(es) e Hélices (se aplicável).
 - (iii) Certificado de Aeronavegabilidade da aeronave danificada, quando for o caso;
 - (iv) Fichas das últimas inspeções e revisões, bem como documentos correspondentes à manutenção da aeronave, cadernetas originais antigas e atuais de célula, motor hélice, diário de bordo, mapa de controle e componentes atualizados e laudos;
 - (v) Cópia de cadernetas de célula, motores e hélice.
 - (vi) Logbook da aeronave, motor e hélice quando aplicável (últimos registros incluindo o registro do sinistro);
 - s)** Documentação do(s) Piloto(s) – (quando aplicável):
 - (i) Licença / Habilitação técnica de voo;
 - (ii) Certificado de capacidade física/último exame médico (cópia simples);
 - (iii) Declaração de horas de voo, com firma reconhecida, mencionando o número de horas totais de voo, horas no tipo e horas no modelo;
 - (iv) CIV - Caderneta Individual de Voo (últimas 5 páginas);
 - (v) CPF (cópia simples); e
 - (vi) RG (cópia simples).
 - t)** Documentação do Proprietário da Aeronave (quando aplicável):
 - I. Pessoa Física:**
 - (i) Cópia autenticada da Cédula de Identidade ou passaporte;
 - (ii) Prova da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
 - (iii) Prova da condição de residente no país, se estrangeiro.
 - II. Pessoa Jurídica:**
 - (i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou, se estrangeira, em órgão de registro equivalente;
 - (ii) Documentos constitutivos da sociedade: contrato social ou estatuto social, consolidados e arquivados no órgão competente;
 - (iii) Instrumento de nomeação dos administradores e procuradores (ata da assembleia geral que elegeu a atual diretoria no caso de sociedade anônima ou aeroclube);
 - (iv) No caso de firma individual – registro de firma individual no órgão competente;
 - (v) No caso de empresa estrangeira – apresentar o decreto de autorização de funcionamento;
 - u)** Documentação do Terceiro prejudicado - sem vítimas (quando aplicável):
 - (i) Reclamação formal do terceiro lesado;
 - (ii) 3 (três) orçamentos com estimativa de custo dos reparos; e
 - (iii) Nota Fiscal dos reparos.
 - (iv) Extratos bancários e fluxo de caixa evidenciando a redução de receita ou aumento de despesas;
 - (v) Folhas de pagamento demonstrando a necessidade de manter o fluxo durante a inatividade;
 - (vi) Comprovantes de encargos e custos fixos durante a inatividade;
 - (vii) Plano de negócio ou histórico de faturamento anterior ao sinistro;
 - (viii) Comprovante de residência atualizado;
 - (ix) Atas de reuniões, correspondências e e-mails trocados com terceiros reclamantes.
 - v)** Documentação de Vítimas (se houver):
 - (i) CPF (cópia simples);
 - (ii) RG (cópia simples);

- (iii) Comprovante de residência (cópia simples);
 - (iv) Laudos e relatórios médicos ou hospitalares;
 - (v) Comprovações originais de despesas médicas/hospitalares ou outros;
 - (vi) Certidão de Óbito, se for o caso;
 - (vii) Comprovação de renda (incluindo Declaração de Imposto de Renda, holerites dos últimos 12 meses, contrato de trabalho ou prestação de serviços, contrato social caso seja sócio de empresa);
 - (viii) Comprovação de dependência econômica dos beneficiários;
 - (ix) Declaração de Comoriência, se for o caso;
 - (x) Declaração judicial de morte presumida, se for o caso;
 - (xi) Declaração de Herdeiros, com firma reconhecida e duas testemunhas;
 - (xii) Certidão de Casamento atualizada ou declaração de união estável, se for o caso;
 - (xiii) Certidão de Nascimento ou RG dos filhos, se o caso;
 - (xiv) Dados bancários para crédito.
- w) Casos de colisão com animais dentro do perímetro aeroportuário: plano de gerenciamento de risco de fauna e evidências de sua implementação.
- 18.2. Caso a documentação apresentada no Aviso de Sinistro seja insuficiente ou incompleta, ou, ainda, que faça referência a outros documentos e fatos não disponibilizados, a Seguradora enviará ao Segurado a lista de documentos faltantes e necessários à Regulação do Sinistro.
- 18.3. **Os documentos estrangeiros deverão ser traduzidos, por tradutor público juramentado, e ter visto consular.**
- 18.4. **As firmas nas assinaturas dos documentos, devem ser reconhecidas por autenticidade e eventuais firmas de testemunhas, devem ser reconhecidas por semelhança, quando celebrado qualquer instrumento particular.**
- 18.5. **Mediante dúvida fundada e justificável, a Seguradora se reserva o direito de solicitar quaisquer outros documentos que julgar necessário para a avaliação da cobertura ou transferência do salvado, se o caso.**
- 18.6. O Segurado deverá, obrigatoriamente, apresentar cópia da documentação relacionada na Cláusula 11 – ACEITAÇÃO, CONTRATAÇÃO, VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO destas Condições Gerais, sempre que solicitado pela Seguradora.
- 18.7. Eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão a cargo da Seguradora.

CLÁUSULA 19 – REINTEGRAÇÃO

- 19.1. Em caso de evento coberto, o valor da indenização paga pela Seguradora será automaticamente deduzido do Limite Máximo de Indenização da cobertura afetada.
- 19.2. Caso o Segurado tenha interesse em retornar ao Limite Máximo de Indenização inicial, deverá solicitar, por escrito, à Seguradora.
- d) Salvo disposição em contrário na Apólice, não haverá reintegração automática do Limite Máximo de Indenização.
- 19.3. A reintegração somente será considerada efetuada após manifestação de aceite, por escrito, da seguradora e pagamento do prêmio adicional no prazo fixado. A simples solicitação do segurado não caracteriza sua aceitação.
- 19.4. Após a aceitação da reintegração pela Seguradora, o Segurado deverá pagar o respectivo prêmio adicional.

CLÁUSULA 20 – CONCORRÊNCIA DE APÓLICES

- 20.1. O Segurado que, na vigência do contrato, pretender obter novo seguro contra os mesmos riscos deverá comunicar sua intenção previamente por escrito a todas as Seguradoras envolvidas. O descumprimento dessa obrigação implicará perda do direito à indenização se ficar comprovado dolo do Segurado.
- 20.2. O prejuízo total relativo a qualquer evento cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato de seguro será constituído pela soma das seguintes parcelas:
- a) despesas comprovadamente efetuadas pelo Segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a

terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade; e

- b) valores das reparações estabelecidas em sentença judicial, decisão em juízo arbitral, decisão administrativa do Poder Público ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das seguradoras envolvidas, por escrito.

20.3. A indenização relativa a qualquer evento coberto não poderá exceder, em hipótese alguma, o valor do prejuízo vinculado à cobertura considerada.

20.4. Na ocorrência de evento coberto contemplado por coberturas concorrentes, ou seja, que garantam os mesmos interesses contra os mesmos riscos em apólices distintas, a distribuição de responsabilidade entre as seguradoras envolvidas deverá obedecer às seguintes disposições:

20.4.1. Será calculada a indenização individual de cada cobertura como se o respectivo contrato fosse o único vigente, considerando-se, quando for o caso, franquias, participações obrigatórias do Segurado, limite máximo de indenização da cobertura e cláusulas de rateio.

20.4.2. Será calculada a “indenização individual ajustada” de cada cobertura na forma abaixo indicada:

20.4.2.1. se, para uma determinada Apólice, for verificado que a soma das indenizações correspondentes às diversas coberturas abrangidas pelo evento coberto é maior que seu respectivo limite máximo de garantia, a indenização individual de cada cobertura será recalculada, determinando-se, assim, a respectiva indenização individual ajustada. Para efeito desse recálculo, as indenizações individuais ajustadas relativas às coberturas que não apresentem concorrência com outras apólices serão as maiores possíveis, observados os respectivos prejuízos e limites máximos de indenização. O valor restante do limite máximo de garantia da apólice será distribuído entre as coberturas concorrentes, observados os prejuízos e os limites máximos de indenização dessas coberturas; e

20.4.2.2. caso contrário, a “indenização individual ajustada” será a indenização individual, calculada de acordo com o **item 20.4.1** desta cláusula.

20.4.3. Será definida a soma das indenizações individuais ajustadas das coberturas concorrentes de diferentes apólices relativas aos prejuízos comuns, calculadas de acordo com o **item 20.4.2** desta cláusula.

20.4.4. Se a quantia a que se refere o **item 20.4.3** desta cláusula for igual ou inferior ao prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada seguradora envolvida participará com a respectiva indenização individual ajustada, assumindo o Segurado a responsabilidade pela diferença, se houver.

20.4.5. Se a quantia estabelecida no **item 20.4.3** desta cláusula for maior que o prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada seguradora envolvida participará com um percentual do prejuízo correspondente à razão entre a respectiva indenização individual ajustada e a quantia estabelecida naquele item.

20.5. A sub-rogação relativa a salvados se dará na mesma proporção da cota de participação de cada Seguradora na indenização paga.

20.6. Salvo disposição em contrário, a Seguradora que tiver participado com a maior parte da indenização ficará encarregada de negociar os salvados e repassar a quota-parte relativa ao produto dessa negociação às demais participantes.

20.7. Esta cláusula não se aplica às coberturas que garantam morte e/ou invalidez.

CLÁUSULA 21 – RESCISÃO E CANCELAMENTO

21.1. A Apólice contratada poderá ser rescindida a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes contratantes, desde que tal intenção seja comunicada por escrito e que haja concordância da outra parte. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de vencimento da próxima parcela do Prêmio da Apólice, quando aplicável, a fim de evitar que tal parcela seja cobrada.

21.2. Na hipótese de rescisão a pedido do Segurado, a Seguradora reterá, além dos emolumentos, o Prêmio, calculado de acordo com a Tabela de Prazo Curto da Erro! Fonte de referência não encontrada. das Condições Gerais. Para os prazos não previstos na Tabela de Prazo Curto, deverá ser utilizado o percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

21.3. Na hipótese de rescisão por iniciativa da Seguradora com a concordância do Segurado, a Seguradora reterá, além dos emolumentos, a parte do Prêmio proporcional ao tempo decorrido entre o início de Vigência e a data de cancelamento.

- 21.4. A Apólice será automaticamente cancelada, sem qualquer restituição de Prêmio e emolumentos:**
- 21.4.1. Por falta de pagamento do Prêmio, nos termos previstos na** Erro! Fonte de referência não encontrada.;
 - 21.4.2. O cancelamento da Apólice libera integralmente a Seguradora por Sinistro despesas de salvamento ocorridos a partir de então.**
 - 21.4.3. Quando houver fraude ou tentativa de fraude comprovadamente praticada pelo Segurado, seu Representante Legal, ou Beneficiário na contratação do seguro, durante a sua Vigência, ou, ainda, para obter ou para majorar a Indenização;**
 - 21.4.4. Na ocorrência de quaisquer das situações previstas na** Erro! Fonte de referência não encontrada., **s** alvo nos casos em que não haja má-fé e que a Seguradora opte pela continuidade do seguro;
 - 21.4.5. Quando, na vigência da Apólice, a Indenização ou soma das Indenizações pagas com referência a cada Sinistro atingir ou ultrapassar seu Limite Máximo de Garantia;**
 - 21.4.6. Quando a Seguradora:**
 - (i) não for comunicada sobre a venda, alienação ou cessão do bem segurado e da transferência do interesse garantido, ou,**
 - (ii) se notificada, optar por resolver o contrato ou ainda**
 - (iii) quando o cessionário exercer atividade capaz de aumentar de forma relevante o risco ou não preencher os requisitos exigidos pela Seguradora.**
 - 21.4.6.1. Na hipótese (ii) acima, a Seguradora se manifestará no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da comunicação e a recusa será informada por escrito ao Segurado cedente e ao cessionário, produzindo efeitos após 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação.**
 - 21.4.6.2. Na hipótese (iii) a transferência do interesse garantido somente surtirá efeitos mediante anuência expressa da seguradora.**
 - 21.4.6.3. Resolvido o contrato em qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 21.4.6, o Segurado fará jus à devolução proporcional do Prêmio, conforme Tabela de Prazo Curto da** Erro! Fonte de referência não encontrada. **das Condições Gerais.**

CLÁUSULA 22 – PERDA DE DIREITOS

- 22.1. Além dos casos previstos em lei e na Apólice, o Segurado ou Beneficiário perderá o direito a qualquer Indenização, bem como terá o seguro cancelado, obrigando-se ao pagamento do Prêmio vencido e das despesas efetuadas pela Seguradora, se:**
- a) Agravar intencionalmente e de forma relevante o risco;**
 - a.1) Nessa hipótese, a Seguradora poderá cobrar a diferença de prêmio, no prazo de 20 (vinte) dias da comunicação, ou cancelar o seguro, mediante comunicação por escrito ao segurado, caso não seja tecnicamente possível garantir o novo risco, ressalvado à Seguradora o direito ao ressarcimento das despesas incorridas com a contratação, sendo o cancelamento do seguro somente será eficaz 30 (trinta) dias após a notificação do Segurado.**
 - a.2) Resolvido o contrato em qualquer das hipóteses previstas na cláusula a.1, acima, o Segurado fará jus à devolução proporcional do Prêmio, conforme Tabela de Prazo Curto da** Erro! Fonte de referência não encontrada. **das Condições Gerais, ressalvado à Seguradora o direito ao ressarcimento das despesas incorridas com a contratação.**
 - b) Deixar de cumprir qualquer obrigação convencionada na Apólice;**
 - c) O Sinistro decorrer de atos ilícitos dolosos ou de culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo Segurado, pelo Beneficiário ou pelo representante de um ou de outro. Nos casos de seguros contratados por pessoas jurídicas, esta previsão aplica-se aos sócios controladores, aos seus dirigentes e administradores legais, aos beneficiários e aos seus respectivos representantes;**
 - d) O Segurado, seu representante legal, ou Corretor de Seguros fizer declarações inexatas, ou omitir circunstâncias que possam influir na Aceitação da Proposta ou no valor do Prêmio.**
 - d.1) Se a inexatidão ou omissão nas declarações resultar de descumprimento culposos do Segurado, a Seguradora, a seu exclusivo critério, poderá:**

- (i) Cancelar o seguro, se, diante dos fatos não revelados, a garantia for tecnicamente impossível, ou se tais fatos corresponderem a um tipo de interesse ou risco que não seja normalmente subscrito pela Seguradora, ficando o Segurado obrigado ao pagamento das despesas efetuadas pela Seguradora; ou
 - (ii) Permitir a continuidade do seguro, mediante redução da garantia proporcionalmente à diferença entre o Prêmio pago e o que seria devido caso prestadas as informações posteriormente reveladas; ou
 - (iii) Permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença do Prêmio cabível, desde que mediante acordo expresso e por escrito entre as partes.
 - e) Deixar dolosamente de comunicar à Seguradora, logo que saiba, de todo e qualquer incidente suscetível de agravar de forma relevante o risco coberto.
 - e.1) Se se tratar de omissão culposa, a Seguradora, a seu exclusivo critério, poderá:
 - (i) Permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença do prêmio cabível; ou
 - (ii) Cancelar a Apólice se, diante dos fatos não revelados, a garantia for tecnicamente impossível ou o fato corresponder a tipo de risco que não seja normalmente subscrito pela Seguradora, ficando o Segurado obrigado ao pagamento das despesas efetuadas pela Seguradora.
 - f) O Segurado, por qualquer meio, procurar obter benefícios ilícitos do contrato de seguro a que se refere a Apólice;
 - g) O Segurado ou Beneficiário se recusar a apresentar todas as informações de que disponha sobre o Sinistro, suas causas e consequências, para o correto esclarecimento do fato ocorrido;
 - h) O Segurado ou Beneficiário não tomar todas as providências necessárias e úteis para evitar ou minorar os efeitos resultantes de um Sinistro; e
 - i) O Segurado/Beneficiário deixar de comunicar à Seguradora a ocorrência de Sinistro ou expectativa de Sinistro, logo que o saiba, e deixar de seguir eventuais instruções da Seguradora para a contenção e salvamento.
 - j) houver arrendado ou transferido a terceiros, total ou parcialmente, o interesse do hangar(es) e/ou a Instalação Aeronáutica sem a prévia e expressa anuência da Seguradora, por escrito;
 - k) não tiver, antes da ocorrência do evento reclamado, dado ciência à Seguradora da existência de qualquer outro seguro sobre o hangar(es) e/ou Instalação Aeronáutica;
- 22.2. Nas hipóteses previstas na Cláusula 22.1, “g”, “h” e “i”, o descumprimento culposos implicará a perda do direito à indenização do valor equivalente aos danos decorrentes da omissão.**

CLÁUSULA 23 – SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS

- 23.1.** Efetuado o pagamento da Indenização, a Seguradora ficará sub-rogada, até o valor da Indenização paga e dos gastos incorridos, em todos os direitos e ações do Segurado contra aqueles que, por ato, fato ou omissão, tiverem causado os prejuízos indenizados pela Seguradora ou para eles concorrido.
- 23.2.** O Segurado obriga-se a colaborar com a Seguradora no exercício dos direitos derivados da sub-rogação, respondendo pelos prejuízos que causar à Seguradora.
- 23.2.1.** Na existência de ação judicial ou arbitral em curso proposta pelo Segurado em face de Terceiro causador ou possível causador dos danos, o Segurado deverá apresentar manifestação no processo, requerendo o deferimento da sucessão processual, com a substituição do Segurado pela Seguradora no polo ativo da demanda, em virtude da sub-rogação.
- 23.3.** O Segurado não poderá praticar qualquer ato que prejudique o direito de sub-rogação da Seguradora contra terceiros potencialmente responsáveis pelos sinistros cobertos pela Apólice, nem fazer acordos ou transações suscetíveis de contestação de tal direito, sob pena de responder pelos prejuízos que causar à Seguradora.
- 23.4.** Ressalvadas as hipóteses de dolo ou de culpa grave, a sub-rogação não se aplica se o dano tiver sido causado pelo cônjuge do Segurado, seus descendentes ou ascendentes até o segundo grau, consanguíneos ou afins, bem como empregados ou pessoas sob a responsabilidade do Segurado.
- 23.4.1.** Quando o causador do dano for uma das pessoas indicadas no item 23.4 acima e estiver garantido por seguro de responsabilidade civil, a sub-rogação poderá ser exercida em face da seguradora da

referida apólice de seguro de responsabilidade civil.

- 23.5. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos a que se refere esta cláusula, sob pena de perda do direito à indenização e necessidade de Ressarcimento à Seguradora, com a devida correção monetária pelo índice previsto na Cláusula 26 – Atualização de Valores.

CLÁUSULA 24 – PRESCRIÇÃO

- 24.1. Os prazos prescricionais serão aqueles determinados em lei.

CLÁUSULA 25 – FORO

- 25.1. Fica eleito o foro da comarca do domicílio do Segurado ou beneficiário, quando for o caso, para dirimir as questões oriundas deste contrato de seguro entre o Segurado e a Seguradora.

CLÁUSULA 26 – ATUALIZAÇÃO DE VALORES

- 26.1. O índice utilizado para atualização monetária, em moeda nacional, será o **IPCA/IBGE**, ou, no caso de sua extinção, o IGP-M/FGV, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento ou restituição e aquele publicado imediatamente antes da data de sua efetiva liquidação.
- a) Na hipótese de incidência de correção monetária e juros de mora, de forma concomitante, será aplicada a taxa de juros de 1% ao mês.
- 26.2. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros moratórios, quando aplicável, far-se-á independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.
- 26.3. Para fins dessa cláusula, a data de exigibilidade será apurada conforme abaixo especificado:
- a) Na hipótese de **cancelamento da Apólice**, a obrigação de devolver o prêmio se materializará no dia do recebimento da solicitação de cancelamento da Apólice ou na data de seu efetivo cancelamento, quando este fato ocorrer por iniciativa da Seguradora. Não sendo cumprido este prazo, os valores devidos serão atualizados monetariamente pela variação positiva do índice estabelecido nesta cláusula.
- b) No caso de **recusa da Proposta**, a devolução do Prêmio - integral ou deduzido da parcela “*pro rata temporis*” correspondente ao período em que tiver prevalecido a cobertura provisória - será atualizada monetariamente a contar da data de recebimento do respectivo Prêmio, se ultrapassado o prazo de 10 (dez) dias previsto na Cláusula 11 – ACEITAÇÃO, CONTRATAÇÃO, VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO. A aplicação de atualização monetária prevista nesta cláusula incidirá a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para devolução do Prêmio até a data da efetiva restituição pela Seguradora.
- c) No caso de **recebimento indevido de Prêmio** pela Seguradora, o valor será atualizado monetariamente, a contar da data de recebimento pela Seguradora até a data de sua efetiva devolução ao Segurado.
- d) No caso de **atraso no pagamento do Prêmio pelo Segurado**, o valor será atualizado monetariamente a partir da data de vencimento da parcela até a data do seu efetivo pagamento pelo Segurado, sendo devidos, ainda, os encargos previstos na Cláusula 14 – PAGAMENTO DE PRÊMIO.
- e) Na hipótese de descumprimento do prazo para a manifestação sobre a cobertura de um Sinistro e/ou pagamento da Indenização securitária pela Seguradora, disposto na Cláusula 16 – REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS, haverá incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido, além de correção monetária e juros legais a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para a manifestação sobre a cobertura de um Sinistro e/ou pagamento da Indenização. Nenhuma atualização da Indenização securitária será devida no caso de cumprimento do prazo previsto para o pagamento da respectiva obrigação.

CLÁUSULA 27 – ARBITRAGEM

- 27.1. A cláusula arbitragem é de adesão facultativa e poderá ser firmada mediante assinatura das partes em documento apartado.
- 27.2. Ao assinar o Termo de Compromisso, as partes se comprometem a solucionar qualquer litígio ou controvérsia decorrentes deste contrato por meio de arbitragem, nos termos da Lei n.º 9.307/96.
- 27.3. As decisões proferidas em Juízo Arbitral têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

27.4. Qualquer disputa ou assunto que exija o encaminhamento a um tribunal a arbitral será submetido à jurisdição exclusiva dos tribunais do Brasil.

CLÁUSULA 28 - DISPOSIÇÕES FINAIS

PARA OS CASOS NÃO PREVISTOS NESTAS CONDIÇÕES GERAIS, SERÃO APLICADAS AS LEIS QUE REGULAMENTAM OS SEGUROS NO BRASIL.

ESSAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS SE REFEREM AOS CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURAS DE GRANDES RISCOS, NOS TERMOS DA NORMA EM VIGOR, E NÃO ESTÃO SUJEITAS AO REGISTRO ELETRÔNICO DE PRODUTOS JUNTO À SUSEP.

O SEGURADO PODERÁ CONSULTAR A SITUAÇÃO CADASTRAL DO CORRETOR DE SEGUROS E DA SOCIEDADE SEGURADORA NO SÍTIO ELETRÔNICO WWW.SUSEP.GOV.BR.

A ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE SEGURO ESTÁ SUJEITA À ANÁLISE DO RISCO.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

COBERTURA BÁSICA Nº 01 – RESPONSABILIDADE CIVIL DE HANGARES, INSTALAÇÕES AERONÁUTICAS E DANOS A AERONAVES DE TERCEIROS (SEÇÕES 1 E 2)

A presente cobertura tem por objetivo **reembolsar** o Segurado, atendidas as disposições do contrato de Seguro, até o limite máximo de indenização contratado, todas as quantias pelas quais se torne legalmente obrigado a pagar, em sentença judicial, decisão em juízo arbitral, decisão administrativa do Poder Público ou em acordo autorizado pela Seguradora, por escrito, relativas a reparações por danos involuntários causados a terceiros, **decorrentes de danos materiais e corporais (incluindo a morte dele resultante), desde que decorrentes de riscos cobertos definidos nas Seções 1 e 2, a seguir.**

SEÇÃO 1 – COBERTURA DE RESPONSABILIDADE CIVIL – HANGARES E INSTALAÇÕES AERONÁUTICAS

1.1. Riscos Cobertos

1.1.1. Danos corporais e/ou materiais ocorridos:

- a) no Hangar e Instalações Aeronáuticas especificadas na Apólice, em consequência direta dos serviços prestados pelo segurado;
- b) em qualquer outro local no decorrer do trabalho ou do cumprimento de quaisquer tarefas realizadas pelo segurado ou seus empregados relativamente aos negócios ou operações indicadas na Apólice;
- c) na utilização pelo Segurado dos veículos expressamente discriminados na Apólice e em operação no recinto aeroportuário (Lado Ar) e/ou local de operação também discriminado na Apólice;
- d) Danos materiais a bagagens e cargas transportadas, dentro da área do aeroporto, desde que este transporte esteja relacionado com os serviços prestados pelo Segurado.
- e) Danos corporais causados a terceiros, diretamente relacionados com o manuseio de bagagens e pequenas cargas transportadas, desde que este transporte esteja relacionado com os serviços prestados pelo Segurado.
- f) danos corporais causados diretamente pelo fornecimento de comestíveis e/ou bebidas para consumo dos passageiros e/ou tripulantes a bordo das Aeronaves pertencentes às empresas com as quais o Segurado mantenha contrato específico;

1.1.2. Desde que tais danos tenham sido causados por erro ou negligência do segurado e/ou de qualquer de seus empregados, durante o exercício das suas funções, ou ainda, tenham sido causados por qualquer defeito nas instalações aeronáuticas do segurado, vias internas de circulação, maquinário e/ou oficinas em que o Segurado desenvolva as suas atividades.

1.2. Riscos Excluídos

1.2.1. Além das exclusões previstas nas Cláusulas 4 – EXCLUSÕES GERAIS, 5 – EXCLUSÕES DE RISCOS NUCLEARES, 6 - EXCLUSÃO DE BARULHO, POLUIÇÃO E OUTROS RISCOS CORRELATOS, 7 - EXCLUSÃO DE GUERRA, SEQUESTRO E OUTROS RISCOS CORRELATOS, 8 - EXCLUSÃO DE RECONHECIMENTO DE DATAS, 9 - EXCLUSÃO DE ASBESTOS e 10 - EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR EVENTO DE DADOS ELETRÔNICOS das Condições Gerais, a Seguradora não indenizará os prejuízos decorrentes de:

- a) Perda ou dano à propriedade e/ou veículo pertencente, alugado, arrendado ou ocupado pelo segurado, enquanto sob seu cuidado, custódia ou controle, e ainda sendo manuseado ou mantido pelo mesmo ou qualquer empregado seu.
- b) Danos corporais ou danos materiais causados por:
 - b.1. qualquer veículo de propulsão mecânica que o Segurado ou pessoa autorizada utilize em qualquer via pública, ou seja, fora das áreas aeroportuárias;
 - b.2. quaisquer aeronaves pertencentes alugadas, usadas ou operadas pelo segurado ou de seu interesse;
- c) qualquer encontro, competição de aeronaves ou show aéreo, em qualquer local usado para acomodação dos respectivos espectadores, a menos que haja uma prévia concordância da Seguradora, por escrito.
- d) Riscos decorrentes de construção / obras civis, erros de projeto, demolição ou alterações em

prédios, pistas ou instalações, feitas pelo segurado ou seus contratados ou subcontratados (exceto trabalhos de manutenção normal), a menos que haja uma prévia concordância da seguradora.

- e) quaisquer mercadorias ou produtos manufaturados, construídos, alterados, reparados, trabalhados, tratados, vendidos, fornecidos ou distribuídos pelo *segurado* ou seus empregados após tais bens ou produtos terem saído da posse ou do controle do *segurado*.
- f) veículo e/ou equipamento não discriminados na Apólice, mesmo que em conformidade com as atividades do Segurado descritas na apólice, salvo expresso contrário nos termos da apólice.
- g) Danos a bagagens e carga de terceiros em poder do Segurado, para guarda ou custódia, transporte, uso ou manipulação, ou execução de quaisquer trabalhos, sem que tenha havido qualquer contrato formal entre as partes.

SEÇÃO 2 – COBERTURA DE RESPONSABILIDADE CIVIL – DANOS A AERONAVES DE TERCEIROS

2.1. Riscos Cobertos

- 2.1.1. Esta seção cobre as perdas e danos a aeronave ou equipamentos aeronáuticos, não pertencentes ao Segurado, e que não sejam por ele arrendados ou alugados, enquanto no solo, sob sua guarda, custódia ou controle, ou ainda, durante a manutenção, manipulação e/ou prestação de serviços realizadas pelo segurado ou por qualquer empregado deste.

2.2. Riscos Excluídos

- 2.2.1. Além das exclusões previstas nas Cláusulas 4 – EXCLUSÕES GERAIS, 5 – EXCLUSÕES DE RISCOS NUCLEARES, 6 - EXCLUSÃO DE BARULHO, POLUIÇÃO E OUTROS RISCOS CORRELATOS, 7 - EXCLUSÃO DE GUERRA, SEQUESTRO E OUTROS RISCOS CORRELATOS, 8 - EXCLUSÃO DE RECONHECIMENTO DE DATAS, 9 - EXCLUSÃO DE ASBESTOS e 10 - EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR EVENTO DE DADOS ELETRÔNICOS das Condições Gerais, a Seguradora não indenizará os prejuízos decorrentes de:

- a) perdas ou danos a objetos pessoais ou mercadorias de qualquer natureza;
- b) perdas ou danos à aeronave ou equipamentos aeronáuticos, contratados, alugados, arrendados ou emprestados ao Segurado;
- c) Perdas e danos causados a qualquer Aeronave durante voo (exceto se contratada cobertura específica), conforme definido a seguir:
 - c.1) O termo voo significa o intervalo de tempo compreendido entre o início da efetiva corrida de decolagem da Aeronave até o fim da corrida de aterrissagem.

- 2.3. Ratificam-se os demais termos constantes das condições gerais deste seguro que não tenham sido alteradas por esta condição especial.

COBERTURA BÁSICA Nº 02 – RESPONSABILIDADE CIVIL DE PRODUTOS - AERONÁUTICOS (SEÇÃO 3)

1. Riscos Cobertos

- 1.1. Esta cobertura cobre os danos corporais e/ou dano materiais decorrente da posse, uso, consumo ou manuseio de quaisquer bens ou produtos fabricados, manufaturados, construídos, alterados, reparados, trabalhados, tratados, vendidos, fornecidos ou distribuídos pelo Segurado ou seus empregados, desde que os mesmos façam parte ou sejam usados em conjunto com aeronaves após tais mercadorias terem saído da posse ou do controle do segurado, **observada as condições contratuais**.

2. Riscos Excluídos

- 2.1. Além das exclusões previstas nas Cláusulas 4 – EXCLUSÕES GERAIS, 5 – EXCLUSÕES DE RISCOS NUCLEARES, 6 - EXCLUSÃO DE BARULHO, POLUIÇÃO E OUTROS RISCOS CORRELATOS, 7 - EXCLUSÃO DE GUERRA, SEQUESTRO E OUTROS RISCOS CORRELATOS, 8 - EXCLUSÃO DE RECONHECIMENTO DE DATAS, 9 - EXCLUSÃO DE ASBESTOS e 10 - EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR EVENTO DE DADOS ELETRÔNICOS das Condições Gerais, a Seguradora não indenizará os prejuízos decorrentes de:

- a) danos aos bens pertencentes ao segurado ou àqueles sob a sua guarda, custódia ou controle.
- b) o custo do reparo ou reposição de quaisquer mercadorias ou produtos defeituosos, fabricados, manufaturados, construídos, alterados, reparados, trabalhados, tratados, vendidos, fornecidos

ou distribuídos pelo Segurado, ou ainda, de qualquer parte ou peça defeituosa dos mesmos.

- c) prejuízos decorrentes de projeto, especificação e/ou desempenho que apresentem incorreções ou falhas, exceto no caso de danos corporais ou materiais ocorridos em consequência de tais incorreções ou falhas.
- d) perda de uso de qualquer aeronave não avariada em decorrência de acidente que tenha dado origem a qualquer reclamação com base neste seguro.

3. Ratificam-se os demais termos constantes das condições gerais deste seguro que não tenham sido alteradas por esta condição especial.

COBERTURA BÁSICA Nº 03 – RESPONSABILIDADE CIVIL PARA ADMINISTRADORES DE AEROPORTOS (AVN 104)

1. Riscos Cobertos

- 1.1. Esta cobertura tem por objetivo **reembolsar** o Segurado, atendidas as disposições do contrato de Seguro até o limite máximo de indenização contratado, deduzida a franquia aplicável, pelas quantias que vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial, decisão em juízo arbitral, decisão administrativa do Poder Público ou acordo autorizado, por escrito, pela Seguradora, relativas a reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros, **relacionadas a sua responsabilidade em razão da propriedade e/ou operação do(s) Aeroporto(s)**, devidamente especificado(s) na Apólice de Seguro, em razão dos serviços prestados e/ou defeitos nas instalações, observadas as disposições contratuais do seguro.

2. Riscos Excluídos

- 2.1. Além das exclusões previstas nas Cláusulas 4 – EXCLUSÕES GERAIS, 5 – EXCLUSÕES DE RISCOS NUCLEARES, 6 - EXCLUSÃO DE BARULHO, POLUIÇÃO E OUTROS RISCOS CORRELATOS, 7 - EXCLUSÃO DE GUERRA, SEQUESTRO E OUTROS RISCOS CORRELATOS, 8 - EXCLUSÃO DE RECONHECIMENTO DE DATAS, 9 - EXCLUSÃO DE ASBESTOS e 10 - EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR EVENTO DE DADOS ELETRÔNICOS das Condições Gerais, a Seguradora não indenizará os prejuízos decorrentes de:

- a) Danos Corporais a qualquer pessoa que, no momento da ocorrência, esteja envolvida na prestação de serviços ao Segurado;
- b) Danos de natureza trabalhista, de remuneração a empregados, verbas rescisórias ou benefícios por invalidez, ou qualquer legislação similar;
- c) Responsabilidade atribuída ao segurado por meio de dispositivo contratual;
- d) Danos Materiais a bens de propriedade, alugados ou ocupados por, ou sob os cuidados, custódia ou controle do Segurado que não sejam Danos Materiais a:
 - I. aeronave que não seja de propriedade, alugada ou arrendada pelo Segurado, enquanto tal aeronave estiver no solo e sob os cuidados, custódia ou controle do Segurado para o armazenamento, revisão, manuseio ou manutenção;
 - II. veículos que não sejam de propriedade, alugados ou arrendados pelo Segurado, enquanto tais veículos estiverem no(s) Aeroporto(s) especificados no item 5 da Especificação;
 - III. bagagem e/ou carga que não seja de propriedade do Segurado, enquanto tal bagagem e/ou carga estiver sob os cuidados, custódia ou controle do Segurado.
- e) Danos Corporais ou Materiais causados por quaisquer navios, embarcações, barcos ou aeronaves de propriedade do Segurado, ou por este fretados, usados ou operados, ou ainda, que estejam sob a sua responsabilidade. Esta exclusão não se aplica a Danos Corporais ou Danos Materiais causados por aeronaves que não sejam de propriedade, alugadas ou arrendadas pelo Segurado, enquanto tais aeronaves estiverem no solo e sob os cuidados, custódia ou controle do Segurado para fins de armazenamento, revisão, manuseio ou manutenção.
- f) Responsabilidade decorrente da posse, uso, consumo ou manuseio de quaisquer bens ou produtos fabricados, construídos, alterados, reparados, de manutenção, de tratamento, vendidos, fornecidos ou distribuídos pelo Segurado, depois que tais bens ou produtos tenham deixado de estar na posse ou sob o controle do Segurado. Esta exclusão não se aplica a:
 - (a) bens ou produtos que fazem parte da, ou são usados em conjunto com, as aeronaves;
 - (b) o fornecimento, por parte do Segurado, de comida e bebida no(s) Aeroporto(s) especificado(s) no Item 5 da Especificação.

- g) Custo de reparação ou substituição de quaisquer bens ou produtos defeituosos fabricados, construídos, alterados, reparados, revisados, tratados, vendidos, fornecidos ou distribuídos pelo Segurado ou por qualquer parte ou partes defeituosas dos mesmos.
 - h) Da execução, projeto ou especificação irregular ou inadequada, porém esta exclusão não será aplicada à Danos Corporais ou Danos Materiais segurados por este instrumento e que sejam resultantes de tal irregularidade ou inadequação.
 - i) Custo de reparação de qualquer defeito de mão-de-obra, sendo que esta exclusão não será aplicada à Danos Corporais ou Danos Materiais decorrentes da mão-de-obra defeituosa.
 - j) Danos Corporais ou Danos Materiais causados pelo uso de qualquer veículo em via terrestre que necessite ter contratado um seguro ou garantia de acordo com qualquer lei nacional ou internacional que regule o transporte rodoviário ou, na ausência de referida lei aplicável, relacionados à responsabilidade civil decorrente da utilização de qualquer veículo em via pública.
 - j.1) Esta exclusão não se aplica em relação a qualquer responsabilização civil resultante de Ocorrências dentro dos limites do(s) Aeroportos(s) especificado(s) na apólice.
 - (a) se não existir referida lei aplicável;
 - (b) à responsabilidade civil do Segurado em relação ao pagamento de qualquer montante que seja em excesso a:
 - (i) qualquer limite previsto legalmente que deva necessariamente ser segurado, em que tal seguro tenha sido contratado em cumprimento a determinação legal, ou que tenha o Segurado contratado uma apólice de seguro com essa garantia ou não.
 - (ii) o limite de responsabilidade da apólice de seguro contratada pelo Segurado para esta garantia.
 - k) Danos Corporais ou Danos Materiais decorrentes da construção, demolição ou alterações de edifícios, pistas ou instalações.
 - l) Responsabilidade civil decorrente da operação de uma torre de controle do aeroporto ou a prestação de serviços de controle de tráfego aéreo.
 - m) Danos Corporais ou Danos Materiais decorrentes de qualquer competição aérea, corrida aérea, ou exibição aérea ou qualquer instalação utilizada para a acomodação dos espectadores.
3. Ratificam-se os demais termos constantes das condições gerais deste seguro que não tenham sido alteradas por esta condição especial.

COBERTURAS ADICIONAIS

COBERTURA ADICIONAL Nº 01 – COBERTURA DE VOO DE TESTE E/OU PÓS MANUTENÇÃO

1. RISCO COBERTO

- 1.1. Não obstante a exclusão contida na Cobertura Básica, Seção 2 - Aeronaves de Terceiros – item 2.2.1, alínea “c”, haverá cobertura para as Aeronaves de terceiros durante voo, desde que estes estejam em procedimento exclusivamente relacionado com as operações de “Voo de Teste” e/ou de “Voo de Pós-Manutenção”, como parte dos serviços prestados pelo Segurado.
- 1.2. A cobertura para Voos de Teste e/ou de Pós-Manutenção cobre exclusivamente os danos materiais causados a bens de terceiros (seja o equipamento em teste, sejam bens no solo), e danos corporais, que tenham ocorrido por culpa do Segurado, ou para os quais o Segurado tenha contribuído, direta ou indiretamente.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

- 2.1. A Seguradora não indenizará:
 - a) o desgaste normal e a depreciação pelo uso;
 - b) os estragos mecânicos e quebras (exceto aqueles diretamente relacionados com o serviço de manutenção realizado na Aeronave em teste).
- 2.2. NÃO são indenizáveis os prejuízos decorrentes de acidentes ocorridos em razão de:
 - a) “erros decorrentes de mau desempenho dos pilotos” ou “falhas decorrentes da operação dos pilotos”, quando estes não forem funcionários do Segurado ou não autorizados pelo Segurado;
 - b) não estar nos comandos pessoa legalmente habilitada e qualificada para o tipo de Aeronave submetida ao “Voo de Teste”, exceto por motivo de força maior que sobrevenha durante o voo;
 - c) pouso, decolagem ou tentativa para realizá-los em lugares que não sejam aeródromos ou aeroportos homologados ou registrados, exceto para asas rotativas e em situações de emergência, e desde que tenham sido respeitadas as limitações da aeronave, conforme estabelecidas pelo seu fabricante, as instruções das autoridades competentes, e a decisão do piloto em comando.
3. Ratificam-se os demais termos constantes das condições gerais deste seguro que não tenham sido alteradas por esta cobertura.

CONDIÇÕES PARTICULARES

CLÁUSULAS ESPECÍFICAS APLICÁVEIS AO SEGURO AERONÁUTICO AO SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL DE HANGARES E SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS.

CLÁUSULA ESPECÍFICA Nº 01 - RESPONSABILIDADE POR OFENSAS PESSOAIS – AVN60A

1. Esta cláusula garante, atendidas as disposições do contrato de Seguro ,até o Limite Máximo de Indenização contratada, o **reembolso** ao Segurado pelas quantias que for obrigado a pagar em sentença judicial, decisão em juízo arbitral, decisão administrativa do Poder Público ou acordo aprovado previamente, por escrito, pela Seguradora, por danos causados a terceiros, **exclusivamente quando tais ofensas forem cometidas pelo Segurado e representantes legais com relação às operações aeronáuticas seguradas ou aos interesses do Segurado cobertos por este seguro, decorrentes de uma ou mais das seguintes ofensas cometidas durante a vigência do seguro:**
 - a) prisão, prisão provisória, detenção ou aprisionamento ilegais.
 - b) procedimento criminal calunioso;
 - c) entrada não autorizada, expulsão ou outra invasão ou violação do direito de propriedade privada;
 - d) discriminação negligente em relação à retenção ou recusa de transporte, exceto no caso de venda de passagens acima da capacidade (*overbooking*);
 - e) a publicação ou divulgação de uma calúnia ou difamação ou de outro material difamatório ou depreciativo em violação do direito de privacidade de um indivíduo, com exceção da publicação ou divulgação em atividades publicitárias, transmissão por rádio ou TV feitas pelo Segurado ou em seu nome;
 - f) erro ou engano médico acidental que resulte de imperícia cometido por médico, cirurgião, enfermeira, técnico clínico ou outra pessoa que preste serviços médicos, mas somente em favor do Segurado na prestação de socorro médico de emergência aeronáutica.
2. **Não estarão cobertos:**
 - a) **responsabilidade assumida pelo Segurado por meio de qualquer contrato ou acordo;**
 - b) **danos decorrentes da violação intencional de lei ou determinação penal pelo Segurado ou com seu conhecimento ou consentimento;**
 - c) **danos decorrentes da ofensa descrita na alínea “e” do item 1 acima, se:**
 - (i) **a primeira publicação ou divulgação ofensiva do mesmo material ou similar for feita antes da data de início da vigência deste seguro;**
 - (ii) **a publicação ou divulgação for feita por ordem do Segurado com o conhecimento de sua natureza falsa;**
 - d) **responsabilidade direta ou indiretamente relacionada a relação empregatícia anterior, atual ou futura de qualquer pessoa com o Segurado.**
3. O Limite Máximo de Indenização fixado na Apólice para a Cobertura de Responsabilidade por Ofensas Pessoais será um sublimite da **Cobertura Básica** contratada na apólice, e não em acréscimo.
4. Ratificam-se os demais termos constantes das condições gerais deste seguro que não tenham sido alteradas por esta condição específica.

CLÁUSULA DE EMBARGOS E SANÇÕES

1. PARA FINS DESTA CLÁUSULA, “EMBARGOS E SANÇÕES” SIGNIFICAM: LISTAS OU MEDIDAS QUE IMPONHAM RESTRIÇÃO, PROIBIÇÃO OU SANÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES COMERCIAIS OU FINANCEIRAS, CONTRA JURISDIÇÕES, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS OU BENS E MERCADORIAS EM RAZÃO DO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E/OU AO FINANCIAMENTO AO TERRORISMO, SEJA PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, POR ORGANISMOS MULTILATERAIS TAIS COMO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU ([HTTPS://NACOESUNIDAS.ORG/CONHECA/](https://nacoesunidas.org/conheca/)) E O FATAF-GAFI (FINANCIAL ACTION TASK FORCE / GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL) - ([HTTPS://WWW.FATF-GAFI.ORG/](https://www.fatf-gafi.org/)), E/OU POR QUALQUER LEI OU RESOLUÇÃO IMPOSTA POR OUTRAS JURISDIÇÕES TAIS COMO OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (TAIS COMO A EXPORT ADMINISTRATION REGULATIONS – EAR [REGULAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EXPORTAÇÕES] [HTTPS://WWW.BIS.DOC.GOV/INDEX.PHP/REGULATIONS/EXPORT-ADMINISTRATION-REGULATIONS-EAR](https://www.bis.doc.gov/index.php/regulations/export-administration-regulations-ear) OU OFFICE OF FOREIGN ASSETS CONTROL – OFAC [OFICINA DE CONTROLE DE ATIVOS ESTRANGEIROS] [HTTPS://SANCTIONSSEARCH.OFAC.TREAS.GOV/](https://sanctionssearch.ofac.treas.gov/)), O REINO UNIDO OU A UNIÃO EUROPEIA ([HTTPS://WWW.CONSILIUM.EUROPA.EU/PT/POLICIES/SANCTIONS/](https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/)), NA QUAL O SEGURADO, O BENEFICIÁRIO OU A OPERAÇÃO SEGURADA SE ENQUADRE OU VENHA SE ENQUADRAR DURANTE A VIGÊNCIA DESTA APÓLICE. SÃO, AINDA, CONSIDERADOS EMBARGOS E SANÇÕES QUALQUER RESTRIÇÃO, PROIBIÇÃO OU SANÇÃO IMPOSTA PELAS NORMAS E RESOLUÇÕES ACIMA MENCIONADAS À JURISDIÇÃO ONDE OCORREU O SINISTRO OU À JURISDIÇÃO À QUAL O PAGAMENTO SE DESTINA, QUE IMPEÇA O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO.
2. AS COBERTURAS PREVISTAS NESTA APÓLICE NÃO SE APLICAM CASO O SEGURADO OU BENEFICIÁRIO SOFRER QUALQUER SANÇÃO OU RESTRIÇÃO IMPOSTA POR QUAISQUER EMBARGOS E SANÇÕES OU A ELES RELACIONADOS, CARACTERIZADO NO MOMENTO DO SINISTRO.
3. O SEGURADO PERDERÁ O DIREITO ÀS INDENIZAÇÕES E REEMBOLSOS PREVISTOS NESSA APÓLICE, EM CASO DE EMBARGOS E SANÇÕES, CASO PRATIQUE QUALQUER ATO DOLOSO, VERIFICADO NA OCORRÊNCIA DO SINISTRO, E RELACIONADO COM O EVENTO GERADOR DO SINISTRO.
4. CASO O SEGURADO SILENCIE DE MÁ-FÉ O FATO DE TER SOFRIDO QUALQUER RESTRIÇÃO OU IMPOSIÇÃO DE EMBARGOS E SANÇÕES, FICARÁ CARACTERIZADO O AGRAVAMENTO DE RISCO E SE APLICARÁ O DISPOSTO NA CLÁUSULA 22 – PERDA DE DIREITOS DAS CONDIÇÕES GERAIS DA APÓLICE.
5. O PAGAMENTO DE QUAISQUER INDENIZAÇÕES DEVIDAS NO ÂMBITO DESTA APÓLICE FICARÁ SUSPENSO A PARTIR DA DATA DE INCLUSÃO DO SEGURADO OU DO BENEFICIÁRIO OU DO OBJETO DESTA APÓLICE NAS REFERIDAS LISTAS DE EMBARGOS E SANÇÕES, SENDO A COBERTURA REESTABELECID A PARTIR DAS 24 HORAS DO DIA SUBSEQUENTE A DATA DE EXCLUSÃO DO SEGURADO DAS REFERIDAS LISTAS, DO BENEFICIÁRIO OU DO OBJETO DA APÓLICE DAS REFERIDAS LISTAS DE EMBARGOS E SANÇÕES.
6. DURANTE O PERÍODO EM QUE O SEGURADO, O BENEFICIÁRIO OU O OBJETO DA APÓLICE ESTIVEREM INCLUÍDOS EM LISTAS DE EMBARGOS E SANÇÕES, FICAM SUSPENSOS OS PAGAMENTOS REFERENTES A QUAISQUER INDENIZAÇÕES PELAS QUAIS A SEGURADORA SEJA RESPONSÁVEL NOS TERMOS DESTA APÓLICE. TAL SUSPENSÃO FICARÁ EM VIGOR ATÉ QUE TAL SANÇÃO, PROIBIÇÃO OU RESTRIÇÃO NÃO SEJA MAIS APLICÁVEL OU ATÉ QUE TAL QUESTÃO SEJA RESOLVIDA POR DECISÃO JUDICIAL.
7. A SEGURADORA PODERÁ, AINDA, SUSPENDER PAGAMENTOS DE QUALQUER NATUREZA CASO SEJAM APLICADAS SANÇÕES DE INDISPONIBILIDADE DE BENS COM BASE NA LEI Nº 13.810/2019 E QUAISQUER ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.



A atuação ética é um dos princípios institucionais da MAPFRE.

Para garantir ainda mais a segurança e tranquilidade aos clientes, a MAPFRE Seguros divulga o serviço de DISQUE DENÚNCIA, um importante meio de prevenção e redução de fraudes.

Um canal aberto para você fazer denúncias sobre quaisquer práticas suspeitas de fraudes relacionadas ao seu Seguro, com sua identidade mantida em total sigilo.

Pela coragem e respeito por você, busca-se constantemente a transparência nos processos e produtos.